

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. - Designação do Deputado Municipal do Bloco de Esquerda para o Conselho Municipal da Juventude

Considerando o disposto no n° 1, alínea b), do artigo 3º, do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, a Assembleia Municipal **designa o representante do Bloco de Esquerda representado na Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Juventude, Armindo Rodrigues Silveira.**

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE




Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57º, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. - 1ª Revisão orçamental para 2014

Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea a) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no nº 8 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a 1ª Revisão orçamental para 2014.**

Votação:

APROVADO POR MAIORIA

VOTOS CONTRA - 5- BANCADA P.S.D

1- C.D.S

ABSTENÇÃO - 4- E.D.V

1- B.E

2- P.S.D

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição

Bruno Jorge Vicente Tomás

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

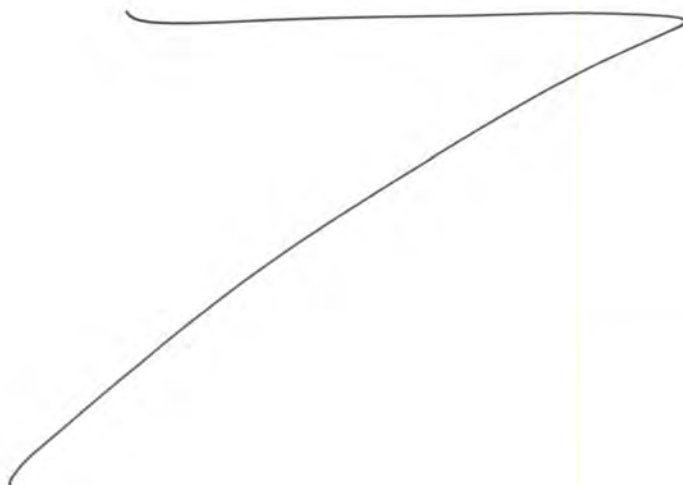
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. - Alteração ao mapa de pessoal

Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar** a **Alteração ao mapa de pessoal**.

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE



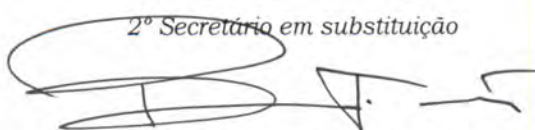
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

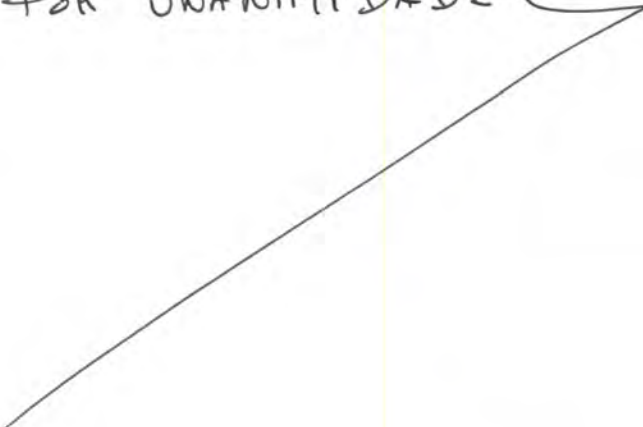
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. - Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza do Terreno

Considerando o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18/12, na redação atual, e no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28/6, na redação atual, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** o **Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza do Terreno**, conforme documento anexo.

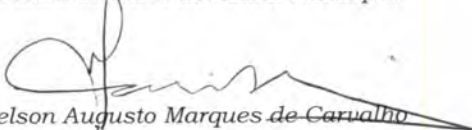
Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás

REGULAMENTO MUNICIPAL DE USO DO FOGO E DE LIMPEZA DE TERRENOS

NOTA JUSTIFICATIVA

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 264/2002, de 15 de novembro, que visou conferir uma maior descentralização administrativa, foram transferidas para as Câmaras Municipais competências dos Governos Cívicos em matéria consultiva, informativa e de licenciamento em diversas atividades, inclusive as relacionadas com o uso do fogo. O Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro, entre outras matérias, veio estabelecer o regime jurídico da atividade de realização de fogueiras e queimadas quanto às competências do seu licenciamento. O artigo 53º deste último diploma preceitua que o exercício das atividades nele previsto seja objeto de regulamentação municipal, nos termos da lei.

Porém, de acordo com o estabelecido pelo novo quadro legal, Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, que define o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI), e porque foram criados condicionalismos ao uso do fogo, torna-se pertinente a elaboração do presente Regulamento, que regulamenta a realização de queimadas, queima de sobrantes resultantes de atividades agroflorestais, fogueiras, lançamento de foguetes, uso de fogo controlado e de limpeza de terrenos.

Pretende-se com o presente regulamento, estabelecer as condições do exercício e fiscalização da atividade de fogueiras e queimadas, lançamento de foguetes e uso de fogo controlado, cumprindo-se o desiderato legal.

Pretende-se ainda, em obediência aos princípios da prevenção e precaução, regular a matéria relacionada com o uso do fogo e com a limpeza de terrenos privados em espaços urbanos e urbanizáveis, matéria que se reveste de grande importância pela suscetibilidade de colocar em risco a segurança de pessoas e bens dentro dos perímetros urbanos, permitindo que a autarquia atue de forma eficaz e adequada, seja por iniciativa própria ou particular, ultrapassando as dificuldades de atuação decorrentes do atual vazio legal e regulamentar.

Foram ouvidas as diversas entidades representativas dos interesses em causa em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112º, nº 7, e 241º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea b) do nº 1 do artigo 25º e da alínea k) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como ao abrigo do Decreto-Lei nº 264/2002, de 25 de novembro, dos artigos 2º e 53º do Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro, do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, e pela Lei nº 73/2013, de 3 setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, aprova o seguinte Regulamento Municipal para o uso do fogo e limpeza de terrenos.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Artigo 1.º

OBJETIVO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

- 1 — O presente regulamento estabelece o regime de licenciamento de atividades cujo exercício implique o uso do fogo e disciplina o dever de limpeza de terrenos.
- 2 — O presente regulamento aplica-se a todo o concelho de Abrantes.

Artigo 2.º

DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

As competências neste regulamento conferidas à Câmara Municipal podem ser delegadas no/a Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação nos vereadores e nos dirigentes dos serviços municipais.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Artigo 3.º

NOÇÕES

Sem prejuízo do disposto na lei, para efeitos do disposto no presente regulamento entende-se por:

- a) **“Artefactos pirotécnicos”**, qualquer artefacto que contenha substâncias explosivas ou uma mistura explosiva de substâncias concebidas para produzir um efeito calorífico, luminoso, sonoro, gasoso ou fumígeno ou uma combinação destes efeitos, devido a reações químicas exotérmicas autossustentadas, são exemplos balonas, baterias, vulcões, fontes e candela romana, entre outros;
- b) **“Balões com mecha acesa”**, invólucros construídos em papel ou outro material, que tem na sua constituição um pavio/mecha de material combustível, o pavio/mecha ao ser iniciado e enquanto se mantiver aceso provoca o aquecimento do ar que se encontra no interior do invólucro e consequentemente a sua ascensão na atmosfera, sendo a sua trajetória afetada pela ação do vento;
- c) **“Biomassa vegetal”**, qualquer tipo de matéria vegetal, viva ou seca, amontoada ou não;
- d) **“Contrafogo”**, uso do fogo no âmbito da luta contra os incêndios, consistindo na ignição de um fogo ao longo de uma zona de apoio, na dianteira de uma frente de incêndio de forma a provocar a interação das duas frentes de fogo e alterar a sua direção de propagação ou a provocar a sua extinção.
- e) **“Espaços florestais”**, os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional;
- f) **“Espaços rurais”**, os espaços florestais e terrenos agrícolas;

- g) **"Fogo controlado"**, o uso do fogo na gestão de espaços florestais, sob condições, normas e procedimentos conducentes à satisfação de objectivos específicos e quantificáveis e que é executada sob responsabilidade de técnico credenciado;
- h) **"Fogo técnico"**, o uso do fogo que comporta as componentes de fogo controlado e de fogo de supressão;
- i) **"Fogueira"**, a combustão com chama, confinada no espaço e no tempo, para aquecimento, iluminação, confeção de alimentos, proteção e segurança, recreio e outros afins;
- j) **"Foguetes"**, artefactos pirotécnicos que têm na sua composição um elemento propulsor, composições pirotécnicas e um estabilizador de trajetória (cana ou vara);
- k) **"Período crítico"**, período durante o qual vigoram medidas e ações especiais de prevenção contra incêndios florestais, por força de circunstâncias meteorológicas excepcionais, este período é definido por portaria do Ministério da Agricultura e do Mar;
- l) **"Queima"**, uso do fogo para eliminar biomassa vegetal amontoada, incluindo sobrantes de exploração cortados e amontoados;
- m) **"Queimadas"**, o uso do fogo para renovação de pastagens e eliminação de restolho e ainda, para eliminar sobrantes de exploração cortados mas não amontoados"
- n) **"Sobrantes de Exploração"**, material lenhoso e outro material vegetal resultante de atividades agroflorestais.

Artigo 4.º

ÍNDICE DE RISCO TEMPORAL DE INCÊNDIO FLORESTAL

- 1 — O índice de risco temporal de incêndio estabelece o risco diário de ocorrência de incêndio florestal, cujos níveis são: reduzido (1), moderado (2), elevado (3), muito elevado (4) e máximo (5), conjugando a informação do índice de risco meteorológico produzido pelo Instituto Português da Mar e da Atmosfera (IPMA) com o estado de secura dos combustíveis e o histórico das ocorrências, entre outros.
- 2 — O índice de risco temporal de incêndio é elaborado pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).
- 3 — O índice de risco temporal de incêndio pode ser consultado diariamente na página oficial do Município, <http://www.cm-abrantes.pt>, na página do IPMA, <http://www.ipma.pt>, no Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) do Município de Abrantes e também nos serviços de atendimento das Juntas de Freguesia.
- 4 — Em caso de risco temporal de incêndio superior ou igual a elevado, fora do período crítico, o SMPC tem a responsabilidade de informar as juntas de freguesia do concelho de Abrantes.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES DE USO DO FOGO

Artigo 5.º

OUTRAS FORMAS DE FOGO

1 — Nos espaços florestais, durante o período crítico, não é permitido fumar ou fazer qualquer tipo de lume, no seu interior ou nas vias que os delimitam ou os atravessam.

2 — Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo mantêm-se as restrições referidas no número anterior.

Artigo 6.º

QUEIMADAS

1 — A realização de queimadas, definidas no artigo 3.º, deve obedecer às orientações emanadas pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

2 — A realização de queimadas só é permitida após licenciamento da câmara municipal, na presença de técnico credenciado em fogo controlado ou, na sua ausência, de equipa de bombeiros ou de equipa de sapadores florestais.

3 — Sem acompanhamento técnico adequado, a realização de queimadas deve ser considerada uso de fogo intencional.

4 — A realização de queimadas só é permitida fora do período crítico e desde que o índice de risco temporal de incêndio seja inferior ao nível elevado.

Artigo 7.º

QUEIMA DE SOBRANTES

1 — A realização de queimas de matos cortados e amontoados e qualquer tipo de sobranes de exploração, em todos os espaços rurais só é permitida fora do período crítico e desde que o índice de risco temporal de incêndio seja inferior ao nível muito elevado. Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, não é permitido queimar matos cortados e amontoados e qualquer tipo de sobranes de exploração.

2 — Excetua-se do disposto no número anterior a queima de sobranes de exploração decorrente de exigências fitossanitárias de cumprimento obrigatório, a qual deverá ser realizada com a presença de uma unidade de um corpo de bombeiros ou uma equipa de sapadores florestais.

3 — A queima de sobranes é abordada no artigo 9º, não carece de licenciamento, devendo, para efeitos de prevenção e segurança, a sua realização ser comunicada ao Serviço Municipal de Proteção Civil e/ou aos Bombeiros Voluntários de Abrantes sempre que o seu impacto visível possa implicar a mobilização dos agentes de proteção civil nomeadamente os bombeiros e/ou GNR.

Artigo 8.º

FOGUEIRAS

1 — Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, não é permitido realizar fogueiras para recreio ou lazer e para confeção de alimentos, bem como utilizar equipamentos de queima e de combustão destinados à iluminação ou à confeção de alimentos. Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo, mantêm-se as restrições referidas.

2 — Excetua-se do disposto na alínea anterior, quando em espaços não inseridos em zonas críticas, a confeção de alimentos desde que realizada nos locais expressamente previstos para o efeito, nomeadamente nos parques de lazer e recreio e outros quando devidamente infraestruturados e identificados como tal.

3 — Sem prejuízo do disposto, quer nos números anteriores, quer em legislação especial, é proibido acender fogueiras nas ruas, praças e demais lugares públicos das povoações, bem como a menos de 30 (trinta) metros de quaisquer construções e a menos de 300 (trezentos) metros de bosques, matas, lenhas, searas, palhas, depósitos de substâncias susceptíveis de arder e independentemente da distância, sempre que se preveja risco de incêndio.

4 — Pode a Câmara Municipal licenciar as tradicionais fogueiras de Natal e dos Santos Populares, estabelecendo as condições para a sua efetivação e tendo em conta as precauções necessárias à segurança das pessoas e bens.

Artigo 9.º

REGRAS DE SEGURANÇA NA REALIZAÇÃO DE QUEIMA DE SOBRANTES E FOGUEIRAS

1 — No desenvolvimento da realização de queimas de sobranes de exploração e de fogueiras e sem prejuízo do cumprimento dos procedimentos e metodologias legalmente tipificadas, devem sem cumpridas as seguintes regras de segurança:

a) O material a queimar deve ser colocado em pequenos montes, distanciados entre si no mínimo de 10 (dez) metros, em vez de um único de grandes dimensões;

b) O material a queimar deve ser afastado no mínimo 30 (trinta) metros das edificações vizinhas existentes;

c) O material a queimar não deve de ser colocado debaixo de cabos elétricos de baixa, média ou alta tensão e de cabos telefónicos;

d) As operações devem ser sempre executadas em dias sem vento ou de vento fraco;

e) No local deve existir equipamentos de primeira intervenção, designadamente água, pás, enxadas, extintores, entre outros, suficientes para apagar qualquer fogo que eventualmente possa resultar do descontrolo da queima ou fogueira;

f) Os meios de primeira intervenção referidos na alínea anterior devem estar sempre prontos a utilizar;

g) Deve de ser criada uma faixa de segurança em redor dos sobranes a queimar, com largura nunca inferior ao dobro do perímetro ocupado pelos sobranes e até ao solo mineral, de modo a evitar a propagação do fogo aos combustíveis adjacentes;

h) Após a queima, o local deve de ser irrigado com água ou coberto com terra de forma a apagar os braseiros existentes, evitando possíveis reacendimentos;

2 — O responsável pela realização da queima ou fogueira deve informar-se sempre sobre o índice diário de risco de incêndio através do que está definido no número 3 do artigo 4º.

3 — O responsável pela queima ou fogueira nunca poderá abandonar o local durante o tempo em que estas decorram e até que as mesmas sejam devidamente apagadas e que seja garantida a sua efetiva extinção.

4 — Após a realização da queima ou fogueira, o local ocupado deve apresentar-se limpo e sem quaisquer detritos suscetíveis de constituir um foco de incêndio e/ou insalubridade.

Artigo 10.º

FOGO TÉCNICO

As ações de fogo técnico, nas modalidades de fogo controlado e fogo de supressão, só podem ser realizadas de acordo com as normas técnicas e funcionais definidas no Regulamento do Fogo Técnico, Despacho 7511/2014 de 9 junho de 2014.

Artigo 11.º
CONTRAFOGO

Em todos os espaços rurais é permitida a realização de contrafogo decorrente de ações de combate aos incêndios florestais, que será efetuado por pessoal credenciado para o efeito de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 12.º
LANÇAMENTO DE ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS

- 1 — Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.
- 2 — Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da Câmara Municipal.
- 3 — Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo, mantêm-se as restrições referidas nos números anteriores.
- 4 — O pedido de autorização mencionado no nº 2 do presente artigo deve ser solicitado, com pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência.

Artigo 13.º
APICULTURA

- 1 — Durante o período crítico, não são permitidas as ações de fumigação ou desinfestação em apiários, excepto se os fumigadores estiverem equipados com dispositivos de retenção de faúlhas.
- 2 — Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo, mantêm-se as restrições referidas no número anterior.

Artigo 14.º
MAQUINARIA E EQUIPAMENTO

- 1 - Durante o período crítico, nos trabalhos e outras atividades que decorram em todos os espaços rurais e com eles relacionados, é obrigatório:
 - a) Que as máquinas de combustão interna e externa a utilizar, onde se incluem todo o tipo de tratores, máquinas e veículos de transporte pesados, sejam dotadas de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés;
 - b) E estejam equipados com um ou mais extintores de 6 (seis) kg de acordo com a sua massa máxima, consoante esta seja inferior ou superior a 10 000 (dez mil) kg.

CAPÍTULO IV

LICENCIAMENTO

Artigo 15.º

LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO

- 1 — As situações ou casos não enquadráveis na proibição de realização de fogueiras, a efetivação das tradicionais fogueiras de Natal e dos Santos Populares, bem como a realização de queimadas e uso de fogo de artifício carecem de licenciamento prévio da Câmara Municipal.
- 2 — Carece de autorização da Câmara Municipal a utilização de fogo de artifício ou de outros artefactos pirotécnicos, conforme definido no artigo 10.º, sendo que está sujeito a licenciamento por parte da Autoridade Policial Competente.
- 3 — A queima de sobranes, desde que realizada nas condições previstas no artigo 7º do presente regulamento, não carece de licenciamento da Câmara Municipal, devendo, para efeitos de prevenção e segurança, a sua realização ser comunicada ao Serviço Municipal de Proteção Civil e/ou aos Bombeiros Voluntários de Abrantes através de comunicação via telefone com 24 horas de antecedência sempre que o seu impacto visível possa implicar a mobilização dos agentes de proteção civil nomeadamente os bombeiros e/ou GNR.

SECÇÃO I – QUEIMADAS

Artigo 16.º

PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE QUEIMADAS

- 1 — De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º do presente regulamento, o pedido de licenciamento para a realização de queimadas é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência, através de modelo próprio, do qual deverá constar:
 - a) Identificação do requerente (o nome, o número do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão, o número de contribuinte, morada, contacto telefónico e e-mail);
 - b) Tipo de material a queimar;
 - c) Data proposta para a realização da queimada;
 - d) Local da realização da queimada, incluindo indicação do artigo do prédio;
 - e) Entidades presentes e medidas e precauções tomadas para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens.
- 2 — O modelo indicado no número anterior deve ser acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão do requerente;
 - b) Autorização expressa do proprietário do terreno, acompanhada de fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão do proprietário, se o pedido for apresentado por outrem;
 - c) Fotocópia simples do registo predial do imóvel onde se pretende realizar a queimada;
 - d) Planta de localização à escala 1/2000 e 1/25.000 do terreno onde se irá realizar a queimada;
 - e) Termo de responsabilidade de técnico credenciado em fogo controlado responsabilizando-se pela vigilância e controle da atividade, ou, na sua ausência, comunicação de equipa de bombeiros ou equipa de sapadores florestais informando que estarão presentes no local.
 - f) Quando a queimada for realizada na presença de técnico em fogo controlado, fotocópia de documento de credenciação em fogo controlado.

Artigo 17.º

APRECIAÇÃO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE QUEIMADAS

1 — O pedido de licenciamento deve ser analisado pelo SMPC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, considerando, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Informação meteorológica de base e previsões;
- b) Estrutura de ocupação do solo;
- c) Proximidade de manchas florestais;
- d) Tipo de material a queimar;
- e) Estado de secura dos combustíveis;
- f) Localização de infraestruturas;
- g) Meio de prevenção e combate;
- h) Histórico das ocorrências.

2 — O SMPC, sempre que necessário, pode solicitar informações e ou pareceres a outras unidades orgânicas da Câmara Municipal e ou a entidades externas.

3 — O SMPC poderá vistoriar o local proposto para a realização da queimada com vista a verificar o efetivo cumprimento das regras de segurança impostas.

4 — O SMPC dará conhecimento às Autoridades Policiais e aos Bombeiros da realização da queimada e dos termos em que a mesma será realizada.

Artigo 18.º

EMIÇÃO DE LICENÇA PARA QUEIMADAS

1 — A licença emitida fixará as condições que tenham sido definidas ou impostas no licenciamento.

2 — A licença será emitida na tarde do dia útil que antecede a realização da queimada.

3 — Considerando o índice referido no nº 2 do artigo 4º, e caso a queimada ocorra fora dos dias úteis, deve o SMPC informar o requerente, no caso de existir aumento do índice de risco temporal de incêndio, da impossibilidade de realização da mesma.

4 — O licenciamento da queimada para uma determinada data não impede que a mesma seja impedida e agendada numa nova data, sem custos acrescidos para o requerente, se não estiverem reunidas as condições entendidas como necessárias à sua realização. Na impossibilidade da realização da queimada na data prevista o requerente deve indicar em requerimento, nova data para a queimada, aditando-se ao processo já instruído.

SECÇÃO II – FOGUEIRAS

Artigo 19.º

PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE FOGUEIRAS

1 - O pedido de licenciamento para a realização de fogueiras, nos termos do n.º 4 do artigo 8º, é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência, através de modelo próprio, devendo este ser apresentado pelo responsável das festas ou representante da comissão de festas, quando exista, do qual deverá constar:

- a) Identificação do requerente (o nome, o número do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão, o número de contribuinte, morada, contacto telefónico e e-mail);
- b) Local da realização da fogueira, incluindo indicação do artigo do prédio;
- c) Data proposta para a realização da fogueira;
- d) Medidas e precauções tomadas para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens.

2 — O modelo indicado no número anterior deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão do requerente;

- b) Fotocópia simples do registo predial do imóvel onde se pretende realizar a fogueira, caso a mesma se realize em propriedade privada;
- c) Planta de localização à escala 1/2000 e 1/25.000 do terreno onde se irá realizar a fogueira;
- d) No caso de o requerente não ser o proprietário do imóvel, e caso a mesma se realize em propriedade privada, deverá ser anexa declaração do proprietário, autorizando a realização da fogueira, acompanhada de fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão do proprietário.

Artigo 20.º

APRECIAÇÃO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE FOGUEIRAS

1 — O pedido de licenciamento deve ser analisado pelo SMPC no prazo de 5 (cinco) dias úteis, considerando, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Informação meteorológica de base e previsões;
- b) Estrutura de ocupação do solo;
- c) Proximidade de manchas florestais;
- d) Tipo de material a queimar;
- e) Estado de secura dos combustíveis;
- f) Localização de infraestruturas;
- g) Meio de prevenção e combate;
- h) Histórico das ocorrências.

3 — O SMPC poderá vistoriar o local proposto para a realização da fogueira com vista a verificar o efetivo cumprimento das regras de segurança impostas.

4 — O SMPC dará conhecimento às Autoridades Policiais e aos Bombeiros da realização da fogueira e dos termos em que a mesma será realizada.

Artigo 21.º

EMIÇÃO DE LICENÇA DE FOGUEIRAS

1 — A licença emitida fixará as condições que tenham sido definidas ou impostas no licenciamento.

2 — Caso a realização da fogueira não se concretize na data prevista e pretenda o requerente concretizá-la em nova data, deverá o requerente apresentar um pedido de adiamento à licença, justificando as razões do adiamento da realização da fogueira.

SECÇÃO III – LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO

Artigo 22.º

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO

1 - O pedido de autorização prévia para o lançamento de fogo de artifício, nos termos do n.º 2 do artigo 12º, é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, através de modelo próprio, do qual deverá constar:

- a) Identificação do requerente (o nome, o número do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão, o número de contribuinte, morada, contacto telefónico e e-mail);
- b) Nome da empresa de pirotecnia e número de alvará.
- c) Tipo de material;
- d) Local de utilização do material pirotécnico e designação do evento;
- e) Data e hora proposta para a realização do fogo de artifício;
- f) Medidas e precauções tomadas para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens;

2 — O modelo indicado no número anterior deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão do responsável pelo evento;
- b) Planta de localização à escala 1/10.000 e 1/25.000 das zonas de fogo e lançamento;
- c) Quando o lançamento ocorrer em local de domínio privado, autorização expressa do proprietário do terreno, acompanhada de fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;
- d) Apólice do seguro de acidentes e responsabilidades civil subscrita pela entidade organizadora;
- e) Declaração da empresa pirotécnica onde conste a designação técnica dos artigos pirotécnicos a utilizar, com as respetivas quantidades e calibres máximos, assim como o peso da matéria ativa do conjunto dos artigos pirotécnicos utilizados na realização do espetáculo;
- f) Plano de segurança, de emergência e montagem, com indicação da zona de lançamento, das distâncias de segurança e respetiva área de segurança;
- g) Identificação dos operadores pirotécnicos intervenientes no espetáculo, com a apresentação das respetivas credenciais;
- h) Declaração dos bombeiros, nos termos do nº 2 do artigo 38 do Decreto-Lei nº 376/84 de 30 de novembro, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 474/88 de 22 de dezembro.

Artigo 23.º

APRECIAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO

1 — O pedido de autorização prévia deve ser analisado pelo SMPC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, considerando, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Informação meteorológica de base e previsões;
- b) Estrutura de ocupação do solo;
- c) Proximidade de manchas florestais;
- d) Tipo de material pirotécnico;
- e) Local de lançamento;
- f) Estado de secura dos combustíveis;
- g) Localização de infraestruturas;
- h) Meio de prevenção e combate;
- i) Histórico das ocorrências.

2 — O SMPC, sempre que necessário, pode solicitar informações e ou pareceres a outras unidades orgânicas da Câmara Municipal e ou a entidades externas.

3 — O SMPC poderá vistoriar o local proposto para a realização do fogo de artifício com vista a verificar o efetivo cumprimento das regras de segurança impostas.

Artigo 24.º

EMIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO

1 - Sem contrariar o disposto no artigo 15.º do presente regulamento, a Câmara Municipal de Abrantes, é a entidade emissora da autorização prévia de lançamento de fogo de artifício.

2 — A autorização prévia emitida pela Câmara Municipal fixará os condicionalismos relativamente ao local, devendo dar conhecimento às autoridades policiais e aos bombeiros para certificar a sua disponibilidade, para fiscalizarem e avaliarem a necessidade da sua presença, respetivamente.

Artigo 25.º

EMIÇÃO DE LICENÇA DE LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO

1 — Após a emissão de autorização prévia e de acordo com o artigo 38.º, do Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de novembro, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 474/88 de 22 de dezembro o requerente dirigir-se-á Polícia de Segurança Publica onde será emitida a Licença.

2 — A concessão da licença para o lançamento de fogo de artifício, depende do prévio conhecimento da corporação de bombeiros local, com vista à tomada das indispensáveis medidas de prevenção contra incêndios.

3 — A emissão da autorização de utilização de fogo de artifício ou de outros artefactos pirotécnicos encontra-se sujeita ao cumprimento das normas técnicas constantes do anexo I do presente regulamento.

CAPÍTULO V

LIMPEZA DE TERRENOS PRIVADOS

Artigo 26º

LIMPEZA DE TERRENOS PRIVADOS

1 — Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos nos espaços florestais previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são de acordo com os números 1 e 2, do artigo 15º, do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, obrigados a proceder à gestão de combustíveis numa faixa de **50 (cinquenta) metros** à volta daquelas edificações ou instalações medida a partir da alvenaria exterior da edificação.

2 — Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos e lotes destinados à construção, são de acordo com o artigo 23.º, n.º 6, do *“Regulamento do Plano de Urbanização de Abrantes”*, obrigados a manter os terrenos e lotes referidos, limpos e isentos de vegetação ou outros detritos que possam de alguma forma gerar combustível, suscetível de produzir incêndios ou causar insalubridade.

3 — Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos inseridos em Espaços Urbanos ou Urbanizáveis, assim definidos no Plano Diretor Municipal, que não se enquadrem no disposto nos dois pontos anteriores, são obrigados a manter os terrenos referidos, limpos e isentos de vegetação ou outros detritos que possam de alguma forma potenciar o perigo de incêndio ou causar insalubridade.

4 — Toda a parcela que se localize nos espaços urbanos da cidade e das freguesias do concelho, independentemente da sua classificação urbanística ou da classificação do uso do solo, que se encontre numa situação de alqueive ou de inculto deve ser limpa de restos vegetais, pastos e resíduos, pelo menos, uma vez por ano, devendo estar limpa no dia 15 de Abril de cada ano.

Artigo 27º

RECLAMAÇÃO DE FALTA DE LIMPEZA DE TERRENOS

1 — A reclamação de falta de limpeza de terrenos é dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, através de modelo próprio, do qual deverá constar:

- a) Identificação do requerente (o nome, o número do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão, o número de contribuinte e a morada) – Informação opcional;
- b) Identificação do proprietário do terreno por limpar (o nome e a morada);
- c) Espaço onde se insere o terreno (de acordo com artigo 26º).
- d) Descrição dos factos e motivos da reclamação;

2 — O modelo indicado no número anterior deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão do requerente – Informação opcional;

b) Fotografia do terreno com evidente falta de limpeza.

c) Planta de localização à escala 1/2.000 e 1/25.000 identificando corretamente o terreno com evidente falta de limpeza.

3 — O encaminhamento do processo de reclamação será agilizado pelo SMPC que no prazo máximo de 20 (vinte) dias:

a) Efetuará uma vistoria ao local indicado para enquadramento.

b) Tomará decisão e comunicará aos proprietários, dando-lhe um prazo (máximo de 30 dias) para proceder à limpeza, e dando conhecimento desta notificação à autoridade Policial, Bombeiros e reclamantes.

Artigo 28.º

INCUMPRIMENTO DE LIMPEZA DE TERRENOS

1 — Em caso de incumprimento, a Câmara Municipal de Abrantes, poderá realizar os trabalhos enunciados, diretamente ou por intermédio de terceiros, sem qualquer formalidade, decorrendo, neste caso, todas as despesas por conta do detentor do terreno.

2 — Os custos inerentes ao serviço a prestar serão determinados em função da área limpa, trabalhos executados, mão de obra e maquinaria utilizada.

3 — A Câmara Municipal de Abrantes notificará, posteriormente, as entidades faltosas responsáveis para procederem, no prazo de 30 dias, ao pagamento dos custos correspondentes.

4 — Os proprietários são obrigados a facultar os necessários acessos às entidades responsáveis pelos trabalhos de limpezas de terrenos.

CAPÍTULO VI

SANÇÕES

Artigo 29.º

FISCALIZAÇÃO

1 — A fiscalização do estabelecido no presente regulamento compete à Câmara Municipal, bem como às autoridades policiais e fiscalizadoras nos termos da lei.

2 — As autoridades policiais e fiscalizadoras que verifiquem infrações ao disposto no presente regulamento devem elaborar os respetivos autos de notícia, que remetem à Câmara Municipal, quando esta, nos termos da lei, seja a entidade competente para proceder à instrução do processo.

3 — Todas as entidades fiscalizadoras devem prestar à Câmara Municipal a colaboração que lhe seja solicitada.

Artigo 30.º

CONTRAORDENAÇÕES E COIMAS

1 — Constituem contraordenações puníveis com coima as situações tipificadas no Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, aplicando-se ao montante das coimas e às sanções acessórias o disposto no mesmo diploma.

2 — Constituem ainda contraordenação:

- a) A realização, sem licença, das fogueiras de Natal e dos Santos Populares, punível com coima de 30,00 € (trinta euros) a 1.000,00 € (mil euros), quando da atividade proibida resulte perigo de incêndio, e de 30,00 € (trinta euros) a 270,00 € (duzentos e setenta euros), nos demais casos;
- b) As infrações ao disposto sobre pirotecnia e sobre apicultura, puníveis com coima de 140,00€ a 4.850,00€, no caso de pessoa singular, e de 4.850,00€ a 48.500,00€, no caso de pessoa coletiva;
- c) As infrações ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 26º, sobre falta de limpeza em terrenos e lotes destinados à construção bem como em espaços urbanos e urbanizáveis, puníveis com coima, cujo montante mínimo é de 140,00 € (cento e quarenta euros) e o máximo de 5000,00 € (cinco mil euros) tratando-se de pessoa singular e tratando-se de pessoa coletiva o montante mínimo é de 4.850,00 € (quatro mil oitocentos e cinquenta euros) e o máximo é de 48.500,00 € (quarenta e oito mil e quinhentos euros).
- 3 — Constitui contraordenação punível com coima de 30 € a 250 € a violação das regras de segurança constantes no artigo 14.º e o incumprimento das normas técnicas constantes do anexo I do presente regulamento.
- 4 — A determinação da medida da coima é feita nos termos do disposto no regime geral das contraordenações.
- 5 — A tentativa e a negligência são puníveis.
- 6 — Às regras processuais aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, na atual redação.

Artigo 31º

REPOSIÇÃO COERCIVA DA SITUAÇÃO

- 1 — A entidade com competência para instauração do processo de contra-ordenação pode notificar o infrator para este repor a situação tal como esta existia antes da prática do facto ilícito, fixando-lhe o prazo para o efeito de 48 horas, sob pena de se substituir ao infrator, debitando-lhe o respetivo custo, calculado com base na tabela de preços em vigor.
- 2 — Quando a Câmara Municipal de Abrantes proceder à reposição da situação ou a qualquer outra situação decorrente do disposto no presente regulamento, o pagamento dos encargos, se não for efetuado voluntariamente no prazo de 20 dias a contar da notificação para esse efeito, será cobrado coercivamente.

Artigo 32.º

LEVANTAMENTO, INSTRUÇÃO E DECISÃO DAS CONTRAORDENAÇÕES

- 1 — O levantamento dos autos de contraordenação previstos no presente regulamento compete à Câmara Municipal, assim como às autoridades policiais e fiscalizadoras, nos termos legais.
- 2 — A instrução dos processos de contraordenação tipificados no presente regulamento compete à Câmara Municipal nos casos de violação do presente regulamento.
- 3 — Compete ao Presidente da Câmara Municipal a aplicação das coimas previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 30.º do presente regulamento bem como a respetiva sanção acessória.
- 4 — Às contraordenações previstas e tipificadas no Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, é aplicável o regime aí previsto quanto à competência para o respetivo levantamento, instrução e decisão.

Artigo 33.º

DESTINO DAS COIMAS

- 1 — A afetação do produto das coimas cobradas em aplicação dos n.ºs 2 e 3 do artigo 30.º deste regulamento far-se-á da seguinte forma:

- a) 10% para a entidade que levantou o auto;
- b) 90% para a entidade que instruiu o processo e aplicou a coima.

2 — Às contraordenações previstas e tipificadas no Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, é aplicável o regime aí previsto quanto à afetação do produto das coimas.

Artigo 34.º

MEDIDAS DE TUTELA DE LEGALIDADE

As licenças e autorizações concedidas nos termos do presente regulamento podem ser revogadas pela Câmara Municipal, a qualquer momento, com fundamento na infração das regras estabelecidas para a respetiva atividade e na inaptidão do seu titular para o respetivo exercício ou mediante parecer do SMPC, a emitir em prazo a fixar em função da situação concreta, com fundamento na deteção de risco de superveniente à emissão da licença que obste ao desenvolver da atividade, designadamente de ordem climática, ou na infração pelo requerente das regras estabelecidas para o exercício da atividade.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35.º

TAXAS

Pela prática dos atos referidos no presente regulamento, bem como pela emissão das respetivas licenças, são devidas as taxas em vigor na tabela de taxas do Município.

Artigo 36.º

CASOS OMISSOS

- 1 — Nos casos omissos no presente regulamento aplica-se a legislação em vigor.
- 2 — No caso de existirem dúvidas de interpretação, estas serão resolvidas por despacho do/a Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 37.º

ENTRADA EM VIGOR

O presente regulamento terá a sua aprovação na Comissão Municipal de Defesa da Floresta, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.

O presente regulamento entra em vigor decorridos quinze dias úteis após a sua publicação, no Diário da República, 2.ª série.

Artigo 38.º

NORMA REVOGATÓRIA

São revogadas todas as disposições constantes de posturas e ou regulamentos municipais contrários ao presente regulamento.

ANEXO I

NORMAS TÉCNICAS

Artigo 1.º

OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

As presentes normas técnicas estabelecem as regras a que devem obedecer a utilização de artigos pirotécnicos.

Artigo 2.º

UTILIZAÇÃO, TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E GUARDA DOS ARTIGOS PIROTÉCNICOS

- 1 — O cumprimento exclusivo das normas legais aplicáveis à utilização de artigos pirotécnicos é da exclusiva responsabilidade do responsável técnico e da empresa pirotécnica encarregada de fazer o lançamento.
- 2 — As condições de embalagem de artigos pirotécnicos são da responsabilidade da empresa que o efectuou.
- 3 — O transporte dos artigos pirotécnicos em veículos por estradas e vias públicas deve respeitar o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE).
- 4 — Os artigos pirotécnicos destinados a um espetáculo estarão acondicionados pelo tempo mínimo necessário à montagem e realização do mesmo, preferencialmente, nos veículos autorizados ao seu transporte, que deverão estar estacionados, obrigatoriamente, dentro de uma área de segurança estabelecida, devendo também observar as normas relativas ao estacionamento, à vigilância, aos locais de carga e descarga e à proibição de fogo e de chama nua, definidas no RPE, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 5 — Desde que os artigos pirotécnicos são retirados do seu local de armazenagem, são permanentemente vigiados por pessoal da empresa pirotécnica, ou por agentes das autoridades policiais da área ou de uma empresa de segurança.

Artigo 3.º

MONTAGEM DOS ARTIGOS PIROTÉCNICOS

- 1 — A empresa pirotécnica deve possuir, no local de montagem, os meios técnicos e humanos para procede à utilização em segurança.
- 2 — Os operadores pirotécnicos devem inspeccionar os artigos pirotécnicos antes de procederem à sua montagem.
- 3 — A manipulação e a preparação do material pirotécnico é efectuada pelos operadores e ou auxiliares pirotécnicos, sendo que a sua montagem só poderá ser efectuada pelos operadores pirotécnicos.
- 4 — As operações de desembalagem e montagem dos artigos pirotécnicos devem preferencialmente realizar -se com luz solar, ou com o auxílio de meios de iluminação adequados.

Artigo 4.º

ÁREA DE SEGURANÇA E RAIOS DE SEGURANÇA

Para cada utilização de artigos pirotécnicos é estabelecida uma área de segurança devidamente fechada ou vedada por baias, cordas, cintas, fitas ou outro sistema similar, e ser suficientemente vigiada por entidade organizador, durante a utilização.

Artigo 5.º
ZONA DE FOGO

- 1 — A zona de fogo não pode estar localizada a menor distância do perímetro da área de segurança que a determinada pelo raio de segurança estabelecido.
- 2 — Na zona de fogo o solo deve ter consistência suficiente e não conter substâncias combustíveis.

Artigo 6.º
PLANO DE SEGURANÇA E EMERGÊNCIA

- 1 — A entidade organizadora do evento deve ter um plano de segurança e de emergência, com o objectivo de prevenir a possibilidade de riscos, dispondo dos seguintes meios e prevendo as seguintes medidas:
 - a) Meios materiais e humanos necessários ao cumprimento das medidas de segurança estabelecidas;
 - b) Equipamentos de prevenção e combate a incêndios, designadamente pela corporação de bombeiros locais;
 - c) Lista de serviços de emergência e demais agentes de protecção civil a chamar em caso de acidente;
 - d) Recomendações que devem ser feitas ao público relativo à autoprotecção em caso de acidente.
- 2 — A entidade organizadora deve indicar a pessoa responsável pelo cumprimento dos requisitos de segurança e emergência.

Artigo 7.º
ATUAÇÕES POSTERIORES À UTILIZAÇÃO

- 1 — Compete à empresa pirotécnica recolher na zona de fogo todo o material pirotécnico.
- 2 — Compete à entidade organizadora a recolha de todos os resíduos não perigosos.
- 3 — Ainda, sob as ordens da entidade organizadora, o pessoal da empresa pirotécnica recolhe, obrigatoriamente, todo o material perigoso da área de segurança.
- 4 — A recolha do material far-se-á da seguinte maneira:
 - a) Na zona de fogo, a recolha é feita no fim do espectáculo, após uma espera de segurança de, pelo menos trinta minutos;
 - b) Na área de segurança a recolha far-se-á imediatamente após o espectáculo, se houver iluminação suficiente, caso contrário, far-se-á com a primeira luz natural, mantendo -se a vigilância da área, até à limpeza da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

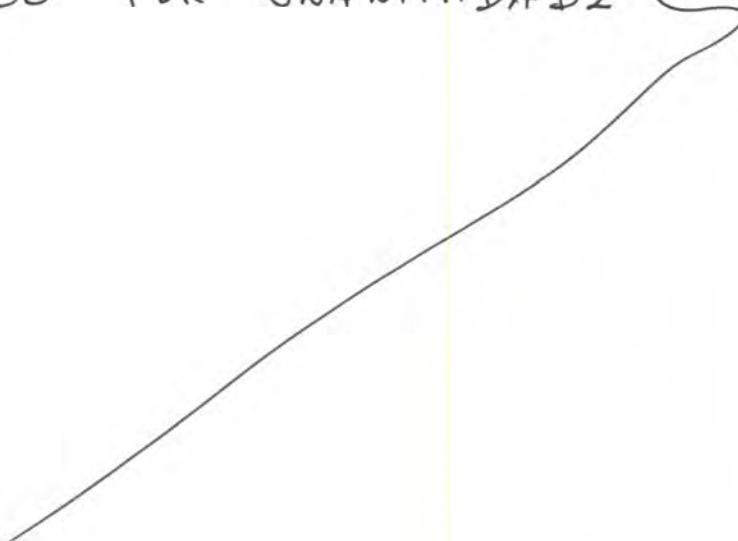
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. - Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

Considerando o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar o Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos**, conforme documento anexo.

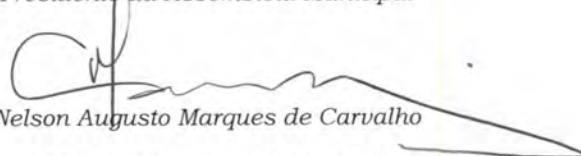
Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE



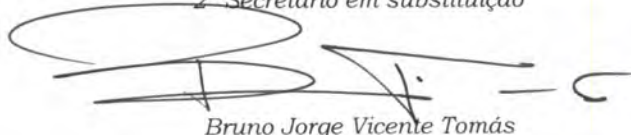
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás

PR.1/17



REGULAMENTO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS

Preâmbulo

Definindo as estruturas de orientação e dos serviços de apoio, bem como os direitos e os deveres dos beneficiários ao Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, pretende-se que este seja um documento que defina as bases orientadoras pelas quais se deve reger.

O Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos tem como objetivo diminuir a pobreza, a qual se define por um estado de carência económica a médio e longo prazo.

Este Regulamento é um instrumento de suporte às dificuldades subjacentes na gestão familiar, não pretendendo apoiar todas as necessidades mensais das famílias deste concelho, mas algumas carências, de forma a garantir que as mesmas procurem o equilíbrio, a autonomia e a não dependência.

Considerando que:

- No Concelho de Abrantes, existem agregados familiares a viver em situação de carência económica, associada a um conjunto de fatores de ordem socioeconómica e cultural que, determina a dificuldade em diminuir carências estruturais em matéria de necessidades básicas e de condições mínimas de qualidade de vida.
- A proteção do princípio da igualdade de direitos sociais e económicos consignados na Constituição da República Portuguesa, passa pela obrigação dos organismos da administração central, conjuntamente com as autarquias locais, promoverem políticas de promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades.
- Face às desigualdades individuais, subjacentes à problemática da pobreza e exclusão social, a intervenção proactiva dos municípios no âmbito da Ação Social, assume uma importância cada vez mais relevante para a progressiva inclusão social e melhoria das condições de vida das famílias em situação de carência económica.

- São muitas as solicitações dos munícipes que por razões económicas se dirigem ao Serviço de Ação Social da Câmara Municipal, manifestando a necessidade de ao nível da habitação, melhorarem as condições de salubridade, segurança, conforto e até mobilidade no caso de agregados que incluem pessoas portadoras de deficiência/dependência.
- O elevado valor das rendas praticado no mercado de arrendamento, impossibilita a maioria destas famílias de melhorarem, através de recursos próprios, as suas condições de habitabilidade.
- Ao nível da saúde, muitas famílias cujas carências económicas as impossibilitam de fazer face a despesas imprescindíveis.
- Ao nível da educação, constata-se que existem famílias com carências económicas, impossibilitadas de fazer face às despesas relativas à prossecução dos estudos dos dependentes.

A Câmara Municipal não pode ficar alheia a essas dificuldades, cabendo-lhe um importante papel na promoção da qualidade de vida, na igualdade de oportunidades e na dignificação da condição humana dos munícipes do Concelho de Abrantes.

Torna-se necessário a adoção de medidas de forma a garantir que as políticas de inclusão social se assumam como respostas concretas, bem coordenadas, possibilitando uma melhor eficiência e eficácia das mesmas.

Considerando o disposto no n.º 7 do Artigo 112.º e no Artigo. 241º, ambos da Constituição da República Portuguesa e o quadro legal das atribuições e competências municipais, conforme o disposto na alínea v) do artigo 33º e alínea g) do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12/9, é adotado o presente Regulamento de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Artigo 1.º

Objeto e âmbito do Regulamento

1. O presente Regulamento tem por objeto a definição de medidas de proteção e inclusão social dirigidas a pessoas em situação de carência económica, residentes no concelho de Abrantes. Estas medidas visam disponibilizar recursos que minimizem as situações de pobreza e de exclusão social, contribuindo para a integração social das pessoas em situação de vulnerabilidade e para o desenvolvimento do concelho.

Artigo 2.º
Definição de conceitos

1. Para efeitos do presente Regulamento, são definidos os seguintes conceitos:

Agregado familiar – o conjunto de indivíduos que vivem habitualmente em comunhão de mesa e habitação, cônjuge ou pessoa em união de facto há mais de dois anos, parentes e afins, em linha reta e em linha colateral, até ao terceiro grau, decorrentes de relações de direito ou de facto, adotantes e adotados, tutores e tutelados, crianças e jovens confiados por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito a qualquer dos elementos do agregado familiar.

Rendimentos – o valor de todos os ordenados, salários e outras remunerações de trabalho, subordinado ou independente, incluindo diuturnidades, horas extraordinárias e subsídios, bem como o valor de quaisquer pensões, nomeadamente de reforma e velhice, invalidez, sobrevivência e os provenientes de outras fontes de rendimento (rendas, bolsas, capitais financeiros,...) e outros apoios, subsídios e prestações sociais.

Rendimento mensal ilíquido per capita - o valor correspondente à soma de todos os rendimentos mensais ilíquidos auferidos pelo agregado familiar, a dividir pelo número de elementos que compõem esse agregado.

Carência/ insuficiência económica – agregados familiares cujo rendimento mensal ilíquido não ultrapasse o montante a que alude a alínea d) do nº1 do Artigo 6º do presente Regulamento.

Obras conservação e construções específicas – todas as obras, que consistam em recuperação e conservação de coberturas, paredes, tetos e pavimentos, reparações de portas e janelas, construção ou melhoramento de instalações sanitárias, redes internas de água, esgotos, eletricidade e gás.

Obras de adaptação a pessoas com necessidades especiais – todas aquelas que se demonstrem necessárias à readaptação do espaço, no sentido de o adequar à habitabilidade do portador de deficiência motora, onde se inclui a erradicação de barreiras arquitetónicas, tais como, a construção de rampas, adequação da disposição das loiças sanitárias nas casas de banho ou sua implantação, colocação de materiais protetores em portas e ombreiras, a construção de locais de recolha de cadeiras de rodas ou outro equipamento ortopédico equivalente, colocação de plataformas ou cadeiras elevatórias, alteração e adaptação de mobiliário de cozinha, alargamento e adequação de espaços físicos, colocação de materiais destinados à utilização por parte de indivíduos portadores de deficiência motora.

Vulnerabilidade económica - ligada à pobreza e ao conceito de privações múltiplas que, em situações extremas, poderá levar o indivíduo à condição de sem-abrigo. É a forma mais grave e complexa de pobreza e exclusão.

Vulnerabilidade social – caracteriza-se por uma situação de privação causada geralmente pela baixa auto-estima, auto-suficiência e autonomia pessoal. A vulnerabilidade social, geralmente, encontra-se sobreposta à vulnerabilidade económica (Bruto da Costa 1998:21).

Emergência Social – Caracteriza-se por situações de grande vulnerabilidade e desproteção, em que não estão asseguradas as condições mínimas de sobrevivência e em que existe um perigo iminente, para a integridade física, psíquica e emocional do indivíduo/família, havendo a necessidade de uma intervenção urgente.

Artigo 3.º

Modalidades de Apoio

1. As medidas de Proteção Social previstas no artigo 1.º objetivam-se por apoios enquadrados nas seguintes tipologias:

- a) Apoios Económicos Diretos
- b) Apoios Económicos Indiretos

2. Os apoios a serem concedidos incluem:

- a) Apoios continuados – apoios com carácter de continuidade avaliados como necessários para fazer face a uma determinada situação de vulnerabilidade social;
- b) Apoios de emergência - Apoios atribuídos com carácter pontual e urgente, a todas as pessoas que se encontram numa situação de emergência social, nomeadamente vítimas de violência doméstica, em que não estejam reunidos os recursos necessários à sobrevivência e bem-estar, depois de esgotados todos os recursos/programas disponibilizados pelas entidades que têm competências específicas na área social, aplicando-se o disposto no nº 4 do artigo 6º.

Artigo 4.º

Tipos de Apoio

1. Apoio Económico Direto:

- a) Apoios económicos para a habitação permanente própria ou arrendada
- b) Apoios económicos para a promoção do acesso a cuidados de saúde
- c) Apoios económicos para a frequência dos estudos ou qualificação formativa

2. Apoios Económicos Indiretos:

- a) Isenções e reduções de taxas

Artigo 5.º

Montantes de Apoio

1. Apoios económicos na carência e obras de construção em habitação permanente própria ou arrendada:

- a) Comparticipação de 50% de tarifas em processo de ligação domiciliária de água, incluindo a ligação do contador, prolongamento de conduta, quando a melhoria habitacional passe por dotar a habitação desta infra-estrutura;
- b) Comparticipação de 50% das tarifas em pedidos de ligação ao saneamento, quando se demonstre imprescindível no garante de condições de salubridade mínimas;
- c) Comparticipação de 75% de renda ou de prestação de crédito à habitação, de acordo com o estipulado no nº 6 do artigo 7.º;
- d) Comparticipação de 80% do orçamento apresentado (com IVA) destinado a obras de conservação e construção específicas em habitações, de acordo com o nº 3 do artigo 7.º;
- e) A comparticipação prevista nas alíneas a) e b), serão concedidas sobre os valores inscritos no Regulamento dos Serviços Municipalizados, em vigor, podendo ser acumuláveis às bonificações nele previstas para as famílias em situação de vulnerabilidade económica.

2. Apoios económicos para a promoção do acesso a cuidados de saúde:

- a) Comparticipação em 75% nas despesas com medicamentos;
- b) Comparticipação em 75% nas despesas com consultas de especialidade, desde que comprovadamente não estejam disponíveis no Serviço Nacional de Saúde e tenham sido prescritas por um médico;
- c) Comparticipação em 50% nas despesas de tratamentos, desde que comprovadamente não estejam disponíveis no Serviço Nacional de Saúde;
- d) Comparticipação em 75% nas despesas de transporte, desde que seja transporte público e que não seja garantido pelo Serviço Nacional de Saúde.

2.1 Os candidatos poderão concorrer aos apoios previstos anteriormente, desde que apresentem comprovativos da prescrição médica dos cuidados de saúde a realizarem.

3. Apoios económicos para frequência de ensino e/ou qualificação formativa:

- a) Atribuição de um apoio no valor de 75% das despesas relacionadas com a frequência escolar nomeadamente materiais escolares, propinas e outras necessidades diagnosticadas e imprescindíveis à prossecução dos estudos;
- b) Atribuição de apoio no valor de 75% para o alojamento, quando este se justifique imprescindível para a prossecução dos estudos;
- c) Os apoios previstos nas alíneas anteriores não podem ultrapassar o montante previsto no nº 7, do artigo 7º;
- d) Os candidatos só podem concorrer ao apoio previsto, desde que mantenham frequência escolar ou equivalência formativa, em estabelecimentos de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério Educação e Ciência.

4. Apoios Indiretos - Isenções e reduções de taxas:

- a) Isenção ou redução do pagamento de taxas em processos de licenciamento de obras, bem como de ocupação da via pública por motivo de obras, que tenham por objetivo facilitar a autoconstrução e/ou a melhoria das condições habitacionais;
- b) Isenção ou redução do pagamento de taxas referentes a autorização de utilização;
- c) Isenção ou redução de taxas relativas a pedido de vistorias das condições de utilização;
- d) As isenções ou reduções previstas nas anteriores alíneas a), b), e c), serão concedidos sobre os valores inscritos no Regulamento de Licenças e Tabelas de Taxas em vigor, mantendo-se a obrigatoriedade do pagamento de impostos a entregar ao estado.

Artigo 6º

Condições de atribuição

1. Para a atribuição dos apoios previstos anteriormente é necessário que estejam reunidas as seguintes condições:

- a) Que tenham sido esgotadas outras respostas sociais existentes que possam ser requeridas pelo requerente, nomeadamente o RSI, pensões e /ou reformas, subsídio de desemprego,

subsídio social de desemprego, habitação social, apoio eventual, apoio de ajudas técnicas, cantina social, bolsa de estudo, auxílios económicos, prestação de alimentos e outros;

- b) Que não tenham sido recusadas propostas de trabalho ou de formação nos últimos seis meses, designadamente, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, salvo as motivadas por questões de saúde, devidamente comprovadas por declaração médica;
- c) Excecionalmente e mediante concertação com os parceiros da Rede Social poderão ser atribuídos apoios financeiros, para apoiar situações de carência económica, quando ainda não tenha sido possível a disponibilização de apoios de outras entidades sociais ou que os mesmos sejam insuficientes para resolver a situação;
- d) Que o agregado familiar tenha um rendimento mensal (per-capita) ilíquido igual ou inferior a 60% do Indexante dos Apoios Sociais, adiante designado por IAS, em vigor à data da candidatura;
- e) Que apresentem comprovativo em como residem há pelo menos dois anos no Concelho de Abrantes e que se encontrem recenseados no mesmo. Este critério não é obrigatório para os apoios de emergência;
- f) O apuramento do rendimento per-capita do agregado familiar será a média dos rendimentos dos três últimos meses anteriores à entrega da candidatura;

2. Para a atribuição dos apoios à habitação, é necessário que estejam ainda reunidas as seguintes condições:

- a) Que a habitação a ser alvo de intervenção seja habitação de residência permanente, própria ou arrendada, devendo no último caso existir contrato de arrendamento legalizado e ser prevista a autorização para realização de obras ou que as mesmas se revistam de carácter coercivo ou de urgência;
- b) Que o agregado familiar não possua segunda habitação, quer própria, quer em regime de arrendamento;
- c) Que o agregado familiar não resida em habitação social do município e/ou de outras entidades.

3. Apenas serão concedidos apoios ao pagamento ou comparticipação de rendas, pagamento ou comparticipação de prestação de crédito à habitação, aos agregados que reúnam as condições necessárias previstas no presente artigo.

4. Para a atribuição dos apoios de emergência, é necessário que em sede de avaliação técnica, a situação seja articulada com os restantes parceiros da Rede Social e confirmada como urgente, podendo ser dispensada a apresentação imediata da documentação constante no artigo 10º. Posteriormente deverá ser analisada a necessidade de ser instruída candidatura aos apoios continuados:

- a) Na aplicação desta medida, a informação social inerente ao pedido de apoio urgente terá de evidenciar a articulação efetuada com os parceiros da Rede Social, bem como os contributos que estes podem ou não disponibilizar para resolver a situação de emergência.

5. Para a atribuição de apoios à frequência escolar é condição fazer prova de matrícula e/ou de frequência escolar/formativa e aproveitamento escolar do ano letivo anterior, caso se aplique.

Artigo 7º

Duração e limites dos apoios

1. Os apoios a serem concedidos terão a duração máxima de seis meses e poderão admitir apoios cumulativos na saúde, habitação e educação, em casos devidamente analisados e fundamentados. A cumulatividade dos apoios, não pode exceder o montante máximo de dez vezes o valor do IAS, em cada ano civil.

2. Os apoios a serem concedidos, só poderão voltar a ser atribuídos no prazo de seis meses a contar da data de finalização do último apoio concedido, exceto se ocorrer durante este período, alguma alteração grave não imputável ao agregado (situação de desalojamento, vítimas de violência, vítimas de catástrofes/acidentes, doença grave, desemprego, início de estudos...) e validado após análise técnica.

3. Quanto aos apoios a serem concedidos para conservação e obras específicas na habitação no âmbito do presente regulamento, define-se como limite máximo de apoios financeiros a conceder em cada ano civil, o equivalente a dez vezes o valor do IAS, em vigor, à data de entrada da candidatura.

4. Os apoios económicos destinados à realização de obras de conservação e obras específicas na habitação, só poderão voltar a ser concedidos no prazo de cinco anos a contar da data de concessão do mesmo, exceto se ocorrer alguma catástrofe ou danos na habitação alheios à vontade do requerente.

5. No caso de apoios financeiros concedidos para a realização de obras de conservação e obras específicas na habitação, estas devem iniciar-se no prazo de noventa dias a contar da data de

notificação de atribuição do apoio e devem ser concluídas no prazo máximo de seis meses a contar do início da obra, salvo casos excepcionais devidamente justificados.

6. Os apoios económicos destinados à comparticipação de rendas, pagamento ou comparticipação de prestação de crédito à habitação, serão concedidos a rendas ou prestações cujo valor mensal não ultrapasse 75% do IAS.

7. Os apoios económicos destinados à frequência do ensino, terão como montante máximo o seguinte:

- a) O valor do IAS, por ano civil, a cada elemento do agregado familiar, para materiais escolares e outras necessidades identificadas
- b) Apoio no alojamento cujo valor mensal não ultrapasse 35% do IAS.

8. Os apoios na área da saúde terão como montante máximo o equivalente ao valor do IAS, por ano civil a cada elemento do agregado familiar.

9. Os apoios concedidos em situação de emergência, prevista no ponto 2.2 do artigo 3º terão um valor máximo de duas vezes o valor do IAS por agregado familiar e por ano civil, sendo autorizados pelo/a Presidente da Câmara Municipal.

10. A atribuição dos apoios referidos no presente regulamento, terá como limite o valor anualmente cabimentado em plano e orçamento municipal.

Artigo 8º

Acordo de prestação de apoio

1. Juntamente com o pedido de apoio o requerente terá de apresentar ou participar numa proposta de plano de ação a incluir no plano de intervenção social, onde conste as responsabilidades que individual e familiarmente pretendem assumir e que visam ultrapassar a situação de carência em que se encontram.

2. Após a análise do processo e sua aprovação, o candidato é convocado para a assinatura do acordo a celebrar, o qual contém um plano de intervenção social onde constem as necessidades a colmatar, os apoios a conceder, o prazo dos mesmos, as condições de prestação, os mecanismos de supervisão da execução do plano, as obrigações e responsabilidades assumidas pelo beneficiário constantes no seu plano de ação pessoal e familiar.

3. O plano de intervenção social tem de envolver todos os elementos do agregado familiar no processo de integração social, nomeadamente no cumprimento de normas legais.

4. O incumprimento do acordo referido no número anterior do presente artigo, por motivos imputáveis ao munícipe, determina a cessação da prestação do referido apoio.

Artigo 9.º

Apresentação de candidaturas

1. As candidaturas são apresentadas em formulário próprio disponível nos Serviços de Ação Social, Gabinete de Apoio ao Munícipe da Autarquia, Portal da Câmara Municipal, bem como nas Juntas de Freguesia da área de residência.

2. As candidaturas são diretamente entregues no Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Abrantes.

Artigo 10.º

Documentação exigida

1. Como documentos gerais a entregar independentemente do tipo de apoio a solicitar, no processo de candidatura deverá constar a seguinte documentação:

- a) Formulário de candidatura, devidamente preenchido;
- b) Fotocópias do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão de todos os elementos do agregado familiar;
- c) Declaração ou validação do formulário de candidatura, relativo à composição do agregado familiar, emitida pela junta de freguesia da área de residência;
- d) Fotocópia da declaração de IRS e/ou IRC de todos os membros do agregado familiar;
- e) Número de Identificação Bancária (NIB);
- f) Fotocópia dos comprovativos de rendimentos (vencimentos, reformas, pensões, subsídios, bolsas de estudo, rendas, capitais financeiros, Rendimento Social Inserção, comprovativo de descontos da Segurança Social) dos meses anteriores (3 meses) à data da candidatura, de cada um dos elementos do agregado familiar maior de 16 anos. Os indivíduos maiores de 16 anos que não estejam a estudar nem se encontrem incapacitados para o trabalho, têm que apresentar declaração justificativa da sua situação profissional;
- g) Declaração da situação de desemprego e respetiva inscrição atualizada do Centro de Emprego da área de residência, de cada um dos elementos do agregado familiar maior de

16 anos, que não apresente comprovativo de rendimentos e não faça prova de se encontrar incapacitado para o trabalho;

- h) Comprovativo de frequência escolar de elementos do agregado familiar dentro da escolaridade obrigatória;
- i) Declaração do requerente, sob compromisso de honra, de que nenhum dos elementos do agregado familiar beneficia de qualquer outro apoio ou usufrui de outros rendimentos não declarados nas alínea a) e e) do nº 1 do presente artigo.

2. Documentos complementares a entregar, consoante o tipo de apoio:

2.1 Apoios económicos à habitação permanente própria ou arrendada:

- a) Fotocópia do documento atualizado dos bens patrimoniais móveis e imóveis de todos os elementos do agregado familiar, emitida pelo Serviço de Finanças;
- b) Para pedidos de obras em habitações arrendadas, fotocópias do respetivo contrato, bem como declaração assinada pelo proprietário a autorizar as mesmas, com assinatura reconhecida legalmente. (Deverá ainda, nesta declaração o proprietário assumir, sob compromisso de honra, que não efetuará atualização extraordinária da renda para além do previsto na Lei e de que não denunciará o contrato de arrendamento por causa não imputável ao arrendatário);
- c) Declaração emitida pela Junta de Freguesia em como o requerente reside no imóvel há pelo menos dois anos, para os casos em que se encontre demorada a apresentação dos documentos mencionados nas alíneas a) e b) do presente ponto. Esta declaração não se substitui à documentação em causa;
- d) Para pedidos de apoio a pagamento de renda, fotocópia do contrato de arrendamento;
- e) Declaração do banco onde conste o valor mensal da prestação e, em caso de dívida, o valor do montante não regularizado;
- f) Para pedidos de obras em habitações, três orçamentos onde constem os preços propostos, a descrição dos trabalhos e o respetivo prazo de execução da obra. Os apoios a conceder terão por base o valor do orçamento mais baixo;
- g) Comprovativo do seguro da habitação, caso exista;

- h) No caso de pedido de apoio para o arrendamento é necessário apresentar requerimento a formalizar pedido de habitação social no município e noutras entidades do concelho que tenham habitação social.

2.2. Apoios económicos para a promoção do acesso a cuidados de saúde:

- a) Medicamentos - prescrição médica;
- b) Consultas e tratamentos médicos - declaração médica com identificação da consulta ou do tratamento a ser objeto de apoio, requerendo este último a apresentação de três orçamentos;
- c) Em casos em que se justifique um conhecimento mais aprofundado e rigoroso, devido à especificidade da situação, poderão ser solicitados outros documentos comprovativos da situação de saúde.

2.3. Apoios económicos para a frequência escolar:

- a) Comprovativo da matrícula;
- b) Comprovativo de aproveitamento escolar do ano anterior;
- c) Comprovativo das despesas com a frequência escolar.

3. Quando os requerentes não possam entregar os documentos exigidos por causa não imputável à sua vontade, podem os mesmos declarar por escrito e sob compromisso de honra a situação em que se encontram relativamente a cada uma delas. A declaração de honra não substitui os documentos obrigatórios ou qualquer outra exigência prevista neste Regulamento, devendo estes serem apresentados logo que possível, podendo o Município determinar uma data para a sua entrega, sob pena de indeferimento do processo.

4. Poderão ainda os serviços, em caso de dúvida relativamente à autenticidade dos elementos constantes no processo de candidatura, realizar as diligências entendidas necessárias para averiguar a sua veracidade e solicitar às entidades, serviços ou outras fontes de informação a confirmação dos referidos elementos.

Artigo 11.º

Organização e procedimentos

1. Compete aos Serviços de Ação Social do Município:

- a) Receber e organizar o processo;

- b) Confirmar a documentação e solicitar junto dos candidatos quaisquer elementos em falta;
- c) Efetuar o estudo da situação socioeconómica, através do seguinte protocolo da avaliação;
 - 1. Entrevista
 - 2. Visita domiciliária, quando se justificar;
 - 3. Articulação com as entidades locais de intervenção social e/ou outras fontes de informação privilegiadas;
 - 4. Reportagem fotográfica da habitação, nos casos de pedidos de obras, quando não conste da documentação entregue;
 - 5. Análise dos rendimentos e determinação da capitação económica;
- d) Elaborar relatório social a ser enviado para despacho superior, onde conste parecer social sobre o deferimento ou indeferimento do processo e proposta sobre o tipo de apoio a ser concedido;
- e) Os Serviços de Ação Social depois de entregue o processo e respetiva documentação, devem apresentar no prazo de 30 dias úteis o relatório referido na alinha anterior;
- f) Informar o candidato sobre as deliberações da Câmara Municipal.

Artigo 12.º

Decisão

- 1. A atribuição dos apoios previstos no presente Regulamento é da competência da Câmara Municipal de Abrantes, com faculdade de delegação na/o Presidente e de subdelegação desta/e no/a Vereador/a com o pelouro da Ação Social.
- 2. A tomada de decisão será comunicada por escrito ao candidato e à Junta de Freguesia da área de residência.

Artigo 13.º

Forma de pagamento

- 1. Os apoios deferidos podem ser efetuados da seguinte forma:
 - a) Pagamento diretamente efetuado pelo Município ao "credor" do beneficiário, suportado em contrato de obrigações tripartidas;
 - b) Pagamento direto efetuado pelo Município ao beneficiário;

- c) Os apoios económicos para realização de obras, serão pagos faseadamente e à medida que a obra decorra, sendo concedido ao requerente um adiantamento de 50% sobre o orçamento apresentado, 40% a meio da execução da obra e 10% após a conclusão da mesma.

2. A forma de pagamento será efetuada mediante proposta do Serviço de Ação Social, devendo constar do respetivo Plano de Intervenção Social acordado pelas partes.

Artigo 14.º

Renovação dos apoios

1. A renovação do apoio implica um pedido de renovação por parte do requerente e a entrega de documentação atualizada.

2. A renovação do apoio fica dependente do acompanhamento e da continuidade das vulnerabilidades sociais detetadas e expressas no Relatório de Avaliação a elaborar pelo Serviço de Ação Social, em função do Plano de Intervenção Social anteriormente acordado.

3. No relatório de renovação do apoio deverão ser expressas as necessidades do agregado familiar que não foram suprimidas com os anteriores apoios, bem como indicação de quais os apoios sociais que o agregado beneficia e que outras entidades estão envolvidas no processo.

4. Sempre que se verifique a necessidade de renovação dos apoios concedidos, estes terão de seguir o definido na alínea d) do nº1 do Artigo 11º.

5. Caso persistam agregados com carências económicas permanentes, em que seja necessário um apoio regular, a decisão de renovação do mesmo terá de ser articulado com outras entidades com competências na área social, que validem a grave carência económica e identifiquem os contributos disponibilizados para ajudar o agregado familiar a suprimir as suas vulnerabilidades sociais.

Artigo 15.º

Fiscalização

1. A Câmara Municipal poderá, em qualquer altura, requerer ou diligenciar por qualquer meio de prova idóneo, comprovativo da veracidade das declarações prestadas ou da sua real situação sócio-económica e familiar.

2. A Câmara Municipal acompanhará e fiscalizará todas as obras que beneficiem do apoio nos termos e para os efeitos do presente Regulamento, verificando a sua conclusão.

Artigo 16.º

Protocolos de cooperação

1. Dentro do âmbito deste Regulamento, o Município poderá celebrar protocolos de cooperação com outras entidades, para além das já existentes na Rede Social, sempre que tal seja considerado de interesse para a prossecução da sua política de desenvolvimento.

Artigo 17.º

Infração ao regulamento

1. Constituem motivos de indeferimento do processo e de revogação ou cessação, com efeitos de devolução dos apoios previsto, os seguintes:

- a) A mudança de residência para fora da área territorial do Concelho;
- b) A não participação à Câmara Municipal, no prazo de 10 dias úteis a partir da data em que ocorra qualquer alteração de situação suscetível de influir no apoio a conceder;
- c) Sempre que se comprove que o requerente preste falsas declarações por inexatidão ou omissão, tendo por fim obter alguns dos benefícios a que se refere o presente Regulamento e os obtenha, incorre no crime de falsas declarações e na aplicação das sanções previstas.

Artigo 18.º

Sanções

- 1. Devolução ao Município dos benefícios obtidos ou restituição do valor monetário equivalente, acrescido dos respetivos juros legais para as dívidas da Administração Pública.
- 2. Anulação imediata do apoio.
- 3. Interdição de acesso a quaisquer apoios municipais, durante os dois anos seguintes.

Artigo 19.º

Casos omissos

- 1. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre casos omissos ou integrar lacunas, no respeito pela legalidade.

Artigo 20.º

Disposições finais

1. Os apoios a atribuir terão como limite as verbas inscritas em Orçamento Anual e em Plano Plurianual de investimentos do Município.

Artigo 21.º

Entrada em vigor

1. As alterações ao presente Regulamento entram em vigor após a sua aprovação e publicação em edital e aplicam-se a todos os processos registados.



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. - Regulamento de Atribuição de Incentivos Financeiros a Médicos

Considerando o disposto na alínea g) do n° 2 do artigo 23° e na alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera aprovar a alteração ao **Regulamento de Atribuição de Incentivos Financeiros a Médicos**, aprovado nesta Assembleia Municipal em 26/4/2013, conforme documento anexo.

Votação:

APROVAD POR MAIORIA, COM:
VOTOS CONTRA: 3 - EDU
1 - B.E

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

2° Secretário em substituição

Bruno Jorge Vicente Tomás

Regulamento

Considerando que em Abrantes há muitos cidadãos sem médico de família, o que está a constituir um grave problema de qualidade de vida para as populações;

Considerando que tal situação prejudica os cidadãos em geral e em particular os mais vulneráveis socialmente;

Considerando que a criação de unidades de saúde familiar (USF), com equipas motivadas assenta essencialmente e inicialmente em iniciativas de grupos de profissionais de saúde, sendo imprescindíveis os médicos à cabeça;

Considerando que até à saturação de recursos humanos das atuais USF de modelo B, não é fácil angariar profissionais para formação de USF modelo A, traduzindo-se na inviabilidade da constituição de USF em Abrantes por falta de especialistas na área, com prejuízo para as zonas mais periféricas do país, mas muito carenciadas ao nível dos cuidados de saúde personalizados,

Considerando que a administração central não possui mecanismos de obrigatoriedade para a constituição efetiva de USF's, que assentam na base contratual com os profissionais,

Considerando que estes se têm direcionado, após a aquisição de competências, para USF's de tipo B existentes e com melhores incentivos, em detrimento das de tipo A, que constituem o patamar de formação para aquisição das mencionadas competências,

Considerando que a existência de USF é de interesse fundamental para o bem-estar da população local, e faz parte do núcleo de interesses próprios da população abrangida pelo Município de Abrantes, relevados pelo artigo 235º nº 2 da CRP,

Considerando que o Município está na disposição de contribuir para a resolução deste problema relativo ao direito fundamental da acessibilidade à saúde, com repercussão direta na qualidade de vida das populações, alocando instalações e recursos para que o **Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere ACES Zêzere**, adiante designado ACES e ARSLVT, IP possam levar a efeito as medidas adequadas de incentivos para a prestação de cuidados de saúde, na modalidade de USF, aproveitando a disponibilidade de médicos, para abraçar o novo projeto;

Considerando que as entidades ARSLVT, IP e Município estão na disponibilidade de outorgar protocolo que discrimina as atividades de cada entidade em ordem à

viabilização da USF, sendo a atribuição de incentivos a médicos que integrem a USF, um dos mecanismos encontrados para o efeito;

Considerando que nos termos do artº 2º da Lei 75/2013 de 12/11 "Constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações,...", e que nos termos do artº 4º da referida Lei "*A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado*".

Considerando que se pretende facilitar o funcionamento do Centro de Saúde (integrado no ACES) de modo a prestar cuidados de saúde, de acordo com padrões de qualidade exigidos às USF a favor das populações, e ainda as atribuições municipais, ao abrigo da alínea g) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabelecendo que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio da saúde, e que no âmbito das competências dos órgãos municipais, prevê a alínea r) do nº 1 do artigo 33º, que compete à camara municipal "*Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;*".

Considerando que o Município de Abrantes pode, desde já, disponibilizar espaço para o funcionamento da USF, em Abrantes, enquanto não estiver construído o edifício definitivamente destinado para a mesma, mas que é imperioso que a USF entre em funcionamento efetivo,

No exercício da responsabilidade e competência que a lei comete aos órgãos municipais, nos termos previstos nos artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa e da alínea k) e ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12/09, é estabelecido o presente Regulamento, aprovado pela Câmara Municipal em.... e pela Assembleia Municipal em

1º O Município de Abrantes, atentos os pressupostos referidos, nomeadamente a grave carência de médicos de família, verificada neste Município, e consequente carência de prestações de cuidados de saúde, com maior incidência quanto a faixas de concomitante exclusão social, agravada ao longo dos últimos anos, na sequência da assinatura de protocolo com a ARSLVT, IP, no qual se estabelecem obrigações tripartidas em ordem à criação de Unidade de Saúde Familiar em Abrantes, e no qual o Município de Abrantes assumiu o encargo de pagar um incentivo financeiro aos médicos

que se radiquem no concelho para integrar a USF, pelo período mínimo de 2 anos, e no âmbito do apoio previsto nas alíneas r) e u) do nº 1 do artigo 33º e das atribuições estabelecidas na alínea g) do nº 2 do artigo 23º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, cria um incentivo financeiro, na modalidade de subsídio, à permanência dos médicos que integrem a USF de Abrantes, no montante anual de 9.000 €, por médico.

2º Para efeitos do cumprimento e execução do protocolo com a ARSLVT,IP é regulada nos artigos seguintes a atribuição dos incentivos aos médicos.

3º O incentivo é atribuído a médicos reconhecidos pelo ACES como aptos à prestação dos serviços e que integrem a USF de acordo com notificação ao Município pelo ACES, conforme protocolo conjunto.

4º O incentivo será atribuído aos médicos que integrarem as primeiras candidaturas até ao limite dos considerados necessários e suficientes pelo ACES para o funcionamento da USF.

5º O incentivo financeiro será atribuído anualmente até 31 de Janeiro de cada ano, de forma individual, a cada um dos médicos que integrem a USF de Abrantes, desde que nela permaneçam em funções durante o período mínimo de dois anos.

6º A primeira prestação, será proporcional e concedida até ao fim do 1º mês de funcionamento dos serviços da futura equipa da USF, a candidatar à ARSLVT, I.P. mediante comunicação do ACES, e contra a entrega à Câmara Municipal da descrição de serviços propostos.

7º A atribuição do incentivo tem como pressuposto e condição que a USF a funcionar em Abrantes, integre o ACES, como unidade funcional na sua Organização, tendo em vista prestar cuidados de saúde à população inscrita, distribuída em cerca de 1900 utentes ou 2358 unidades ponderadas por médico, respeitando-se a legislação em vigor de acordo com os padrões do Decreto-Lei n.º 298/2007 de 22 de Agosto e do Decreto-Lei nº 266-D/2012 de 31 de Dezembro.

8º. O incentivo financeiro do Município mantém-se por dois anos e meio, podendo ser prorrogado por deliberação expressa da Câmara por mais um ano, ou até à transição da USF para modelo B, se a mesma ocorrer antes, contabilizando-se nestes casos, o seu valor pela proporção tendo por referência à fração do ano em questão.

9º. No caso de incumprimento do prazo de permanência de dois anos, ficam os médicos obrigados à devolução ao Município de Abrantes, no prazo de seis meses, das quantias que lhe tenham sido atribuídas ao abrigo do presente regulamento.

10º O incentivo é estendido a candidatos que integrem outras USF no território do Município de Abrantes, para além da primeira prevista na sede do Município.

11º O título que define as obrigações e direitos dos médicos é "o acordo de execução do protocolo", pelo qual o médico signatário se compromete a contribuir para a aplicação do protocolo, mediante o pagamento de um subsídio pelo Município de Abrantes.

12º Para constar e notificação dos potenciais interessados é publicitado o presente regulamento nos termos do nº 1 do artigo 56º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, pelo prazo de 10 dias.

Abrantes, __ de _____ de 2014

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8) - Política Fiscal: Derrama

Considerando o disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, delibera **autorizar o lançamento de uma derrama para cobrança em 2015, sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC), fixando-se o montante de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que ultrapasse os 150.000,00€, e uma derrama reduzida, sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), fixando-se o montante de 1,25% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00€.**

Votação:

APROVADO POR MAIORIA COM:

Votos CONTRA: 1 - C.D.S.
5 - P.S.D

Abstenção: 2 - P.S.D (Presidentes de Junta de Rio de Moimhos e Aldin do Mato Santo)

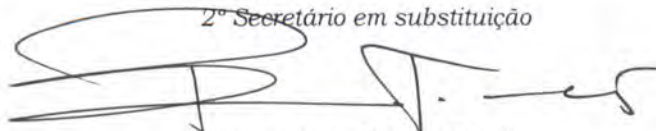
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8) - Política Fiscal: Taxas de IMI

Considerando o disposto na alínea d), do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na atual redação da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **fixar** nos termos da alínea c) do nº 1 do referido artigo 112º, **a taxa de IMI de 0,4% relativa aos prédios urbanos, a liquidar em 2015, (hoje sem referência a avaliados e não avaliados ainda que nos nºs 3 e 5 do artigo 112º do CIMI se continue a mencionar a alínea b) do nº1 revogada).**

Votação:

APROVADO POR MAIORIA Com :

VOTOS CONTRA - 1 - B.E
1 - C.D.S
5 - P.S.D

ABSTENÇÃO : 2 - P.S.D (Presidentes de Junta
de Rio de Moinhos e Aldeia do Muro Santa)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição

Bruno Jorge Vicente Tomás

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8) - Política Fiscal: IRS

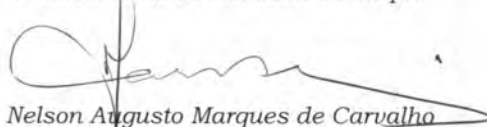
Considerando o disposto nas alíneas c), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 26.º n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, (anterior artigo 20.º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **fixar em 4,5% a participação variável no IRS a liquidar em 2016, com referência aos rendimentos dos municípios do ano 2015.**

Votação

APROVADO POR MAIORIA COM:
VOTOS CONTRA: 3 - C.D.U
1 - E.D.S
4 - P.S.D
Abstenção 1 - B.E
3 - P.S.D

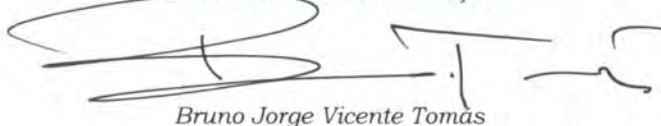
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9. - IMI – Majoração de imóveis degradados

Considerando o disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na atual redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **fixar a majoração de 30% da taxa de IMI referente aos prédios urbanos degradados conforme a identificação constante da informação e listagem anexas.**

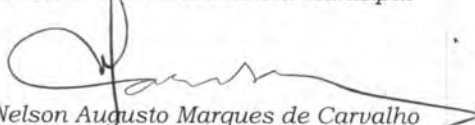
Votação:

APROVADO POR MAIORIA COM:

VOTOS CONTRA: 1 - E.D.S

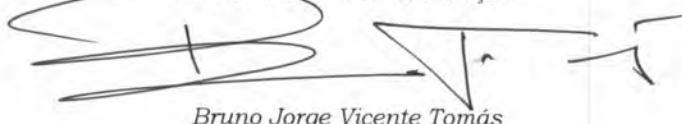
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás



INFORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL

DESPACHO

João Gomes
Vice-Presidente

DE
Gabinete + Rua
Regeneração Urbana

PARA
João Gomes
Vice-Presidente

Nº

DATA
3, Setembro,
2014

ASSUNTO

“Listagem de Imóveis Degradados, eventualmente sujeitos a majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI no Centro Histórico de Abrantes”

A exemplo do que sucedeu nos anos de 2003 a 2013, pretende-se definir, nos termos do Decreto-Lei nº287/2003, de 12 de Novembro, os imóveis degradados, eventualmente sujeitos a majoração, nos termos do nº 7 do art. 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).

A planta que se anexa, refere os imóveis que se considera não cumprirem satisfatoriamente a sua função e colocarem em perigo a segurança de pessoas e bens.

Consideram-se nesta situação os imóveis nas seguintes condições, vistas isoladas ou cumulativamente:

- 1- Cobertura degradada, em risco de ruir ou já parcialmente em ruína;
- 2- Rebocos degradados;
- 3- Fissuras no pano de fachada;
- 4- Caixilharia em mau estado/disfuncional;

Deve sublinhar-se que não foram efectuadas vistorias a todos os imóveis envolvidos, mas antes uma apreciação exterior conjugada com conhecimentos de facto sobre alguns dos imóveis, havendo mesmo situações anteriores de notificação aos proprietários.

Á Consideração Superior,
Telma Silva

fl. 2/13



Ano	Edifício	Freguesia	Artigo Matricial	Porta	Arruamento	Nº Policia	NIF	Nome	Morada	Morada	CodigoPosta	Localidade
2014	2006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	228		Largo da Ferraria	15 a 19	102943966	Manuel de Sousa Gomes	Rua Capela de S. Lourenço Nº330		2200-227	Abrantes
2014	2016	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	226	43 45	Rua Nova	43	980178258	Union de Creditos Imobiliarios, S.A Estabelecimento Financeiro de Credito Soc Unipersonal Sucursal e	Avª Eng. Duarte Pacheco Torre 2 12ª	Amoreiras	1070 104	Lisboa
2014	2017	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	772		Rua Nova		700468439	Adelia Cruz malcata Belém - Cabeça de Casal	Rua Visconde de Santarém nº 29		2000	Santarém
2014	3001	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	2548		Rua Grande		195340/1929	Maria Emilia Almeida A.Mena V.	R. Antonio Ferreira Nº10 1ªF		1700-000	Lisboa
2014	4003	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	1336		Rua Grande	23	126396175	José André de Melo e Castro Salazar Lebre	Rua Moinhos nº 35		2300-575	Tomar
2014	4003	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	1336		Rua Grande	23	126396175	José André de Melo e Castro Salazar Lebre	Rua Moinhos nº 35		2300-575	Tomar
2014	4006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	472		Rua Grande	43	166344168	Víctor Manuel Mendes de Sousa	Praceta Dr Francisco Sá Carneiro 32B		2380 041	Alcanena
2014	4006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	472		Rua Grande	43	166835315	Manuel Francisco Vaz Subtil	Rua Professor Manuel Constâncio, Nº 27		2200-419	Abrantes
2014	4007	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	475		Rua Grande	45	700383050	ANTÓNIO SOARES MENDES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE	TRAVESSA MACHADO DE CASTRO 18 5ª ESQª		3000 323	COIMBRA
2014	4015	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	502	1	Rua dos Quinchosos	1	500239878	Santa Casa da Misericórdia de Abrantes	Rua Dr. José Joaquim de Oliveira		2200-416	Abrantes

2014	4034	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	250		Travessa da Palma	16	113167890	João Pedro Simão Cavaco	Mte da Gravia Nova - Apartado 19	APARTADO 19	7800-661	Quintos
2014	5006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	217	16 e 18	Rua de São Pedro	16	141170239	João Maria Roxo Vaz Rico	Praceta dos Lirios, nº72		2200-272	Abrantes
2014	5010	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	208	9 e 11	Rua dos Quinchosos	9	708477674	Leonor Jesus Serra Fernandes-cabeça de Casal da Herança de	Rua Camélias 8 3º Esqº	Cruz de Pau	2845 060	Amora
2014	6004	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	190		Rua Maestro Henrique Santos e Silva	7	109356101	Maria Amélia de Sousa Calado Puga de Brito	Praça da República 27 2		2300-550	Tomar
2014	6004	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	190		Rua Maestro Henrique Santos e Silva	7	152854070	Eduardo Manuel Calado Puga de Brito	Rua António Aleixo 6-3 Dto	Bairro Quinta dos Caniços	2625-045	Póvoa de Santa Iria
2014	6011	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	139	27 29	Rua da Barca	27	179892/1929	Manuel Marques Pereira	LG do Leão, nº3 3ºf		1000-000	Lisboa
2014	6020	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	21	51	Rua da Barca	51	112545769	João Octávio Henriques de Sousa	Rua Rio de Vale Nº968 1ºDTO		4410-358	Vila Nova De Gaia
2014	6020	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	21		Rua da Barca	51	137840314	Norberto Crisante de Sousa Bernardes	Av.das Forças Armadas Nº406 R/C		2200-300	Abrantes
2014	6020	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	21		Rua da Barca	51	137840314	Norberto Crisante de Sousa Bernardes	Av.das Forças Armadas Nº406 R/C		2200-300	Abrantes
2014	6020	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	21		Rua da Barca	51	137840314	Norberto Crisante de Sousa Bernardes	Av.das Forças Armadas Nº406 R/C		2200-300	Abrantes
2014	6021	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	508	53	Rua da Barca	53	111205859	José Luís Heitor	Rua D. Lopo Almeida	80 3º Esqº	2200 281	Abrantes

2014	7005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	517		Rua Dom Nuno Álvares Pereira		16	703969935	João Ant. Borda D Agua- Cab. de C. da Herança de	Rua de Angola, nº22 1º DTO		2200-390	Abrantes
2014	7006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	122	20 22	Rua Dom Nuno Álvares Pereira		20	706094212	Valentim Cardoso dos Santos - Cabeça de Casal da Herança de	Travessa dos Forninhos, nº 1,	S. Bernardo	3810-263	Aveiro
2014	7007	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	124	26 28 30 32	Rua Dom Nuno Álvares Pereira		26	128423102	Maria do Céu Granja Aleixo	Avenida da Portagem nº 409	Barreiras do Tejo	2200-101	Abrantes
2014	7007	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	124	26 28 30 32	Rua Dom Nuno Álvares Pereira		26	179454226	António Mendes Aleixo	Av.da Portagem Nº409	Barreiras do Tejo	2200-101	Abrantes
2014	8001	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	114	1 e 3	Rua Dom Nuno Álvares Pereira		1	500239878	Santa Casa da Misericórdia de Abrantes	Rua Dr. José Joaquim de Oliveira		2200-416	Abrantes
2014	8009	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	110	33 e 35	Rua Dom Nuno Álvares Pereira		33	11959/1929	Anacleto Balsinha	Abrantes		2200-000	Abrantes
2014	8011	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	151	4 e 6	Rua da Barca		4	116771542	Manuel Lopes de Sousa	Rua 5 de Outubro Nº372 RC		2200-371	Abrantes
2014	8011	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	151	4 e 6	Rua da Barca		4	103477799	Filipe Manuel Peres Alves Rosa Carvalho	Av.Eng.Abrantes e Oliveira Nº34 6ºESQ		1900-223	Lisboa
2014	8011	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	151	4 e 6	Rua da Barca		4	121432823	Etelvina da Conceição Lopes Bento	Av.João de Deus nº37 2º ESQ		1000-280	Lisboa
2014	8011	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	151	4 e 6	Rua da Barca		4	701950676	José Lopes de Sousa - Cab.de C.da Herança de	Rua 5 de Outubro RC		2200-000	Abrantes
2014	10001	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	277	11 e 13	Rua Doutor Henrique de Miranda Martins de Carvalho		11	160806666	Maria Amélia	ESC de São João		2200-318	Abrantes

2014	12010	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	436		Praça Raimundo José Soares Mendes	8	146078462	José Henrique Coelho de Fraga	Rua Principal Nº745- Abranches de Cima		2200-022	Abrantes
2014	12012	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	427	1 A 9	Rua Serpa Pinto	1	127505016	Maria Celeste Tavares de Lemos	Rua ão Batista Lavanha nº 134 3º Esqº		4150411	Porto
2014	13006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	171		Rua Maria de Lourdes Pintasilgo	30	196568/1929	Maria Henriqueta	Abrantes		2200-000	Abrantes
2014	13007	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	451		Rua Maria de Lourdes Pintasilgo	26	704639068	Maria da C. J. A. Morais- Cab. de C da Herança de	Rua Maria de Lourdes Pintasilgo nº26		2200-401	Abrantes
2014	13008	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	445		Rua Maria de Lourdes Pintasilgo	22	114214565	João José da Silva Marques	Rua da Igreja nº430		2200-152	Abrantes
2014	14019	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	174		Rua Maria de Lourdes Pintasilgo	3	161147020	Luis Gabriel Varela dos Santos	Rua do Girassol Nº81 8º DTO		2200-241	Abrantes
2014	14020	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	177		Rua Maria de Lourdes Pintasilgo	9	128070994	Ana Paula de Oliveira Serras Ribeiro da Cruz	Av. Duarte Pacheco N 7 C	Santo Amaro de Oeiras	2780-316	Oeiras
2014	14021	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	180		Rua Maria de Lourdes Pintasilgo	15	100554466	Maria de Jesus Dias da Silva Marcos	AV Infante D. Henrique nº83		2735-000	Cacem
2014	14024	São Vicente										
2014	16001	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	3384		Travessa do Brás Gil	7	700465570	Manuel A.C. Junior- Cab. de C. da Herança de	Tv Dom João I LT3 2º DTO		2200-288	Abrantes
2014	16006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	510		Rua da Videira	44	500239878	Santa Casa da Misericórdia de Abrantes	Rua Dr. José Joaquim de Oliveira		2200-416	Abrantes

pl. 7/13

2014	16015	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	423		Rua dos Condes de Abrantes	13	19283/1929	António Falcão	Rua João de Meneses nº8 2ª		1900-000	Lisboa
2014	16021	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	3292		Beco do Brás Gil	8	105421286	Fernanda Florinda Vieira	Praceta do Canaverde Bloco 24A r/c Esq.	Alferrarede	2200-034	Abrantes
2014	16021	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	3292		Beco do Brás Gil	8	166836010	Armando Rodrigues Vieira	Rua Ramalho Ortigão Lote 26 - 2 Drt - B	Quinta dos Pinheiros	2200-291	Abrantes
2014	16022	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	3294		Travessa do Brás Gil	5	105421286	Fernanda Florinda Vieira	Praceta do Canaverde Bloco 24A r/c Esq.	Alferrarede	2200-034	Abrantes
2014	16022	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	3294		Travessa do Brás Gil	5	166836010	Armando Rodrigues Vieira	Rua Ramalho Ortigão Lote 26 - 2 Drt - B	Quinta dos Pinheiros	2200-291	Abrantes
2014	17005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	414		Travessa do Brás Gil	4	706314832	José Manuel Guedes de Campos Rosado - Cabeça de Casal da Herança de	Rua Antero de Figueiredo nº 2 1ª Dto.	Alvalade	1700-041	Lisboa
2014	18002	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	219		Largo da Ferraria	7	133916154	Maria Jesus Oleiro Soeiro Paulo	Rua Aura Abranches Nº5 4ª C		1500-066	Lisboa
2014	18002	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	219		Largo da Ferraria	7	136699782	Mário Jorge Oleiro Soeiro	Rua de S. Luis Nº11 1ª DTO		2780-036	Oeiras
2014	18002	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	219		Largo da Ferraria	7	136899617	Maria Teresa Oleiro Soeiro Melo Alves	R. Dr. Faria de Vasconcelos Nº10 5ª Esq		1900-000	Lisboa
2014	18012	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	189		Rua Maria de Lourdes Pintasilgo	53	707912210	Filipe Nunes - Cabeça de Casal da Herança de	Rua Campos do Liz - Barosa 591		2400-508	Leiria
2014	19005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	4887		Rua 5 de Outubro de 1910	29	182815650	Ilda Rosa do Nascimento	Rua D.João IV - S.Vicente		2200-000	Abrantes

2014	19005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	4887		Rua 5 de Outubro de 1910	29	161011861	António F. Sobral G. da Silva Novais	Rua 5 de Outubro Nº31		2200-371	Abrantes
2014	19006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	5408		Rua 5 de Outubro de 1910	23	109303008	Henrique da Rosa Lopes	Rua António Barata Nº2 1º Esq		2040-334	Rio Maior
2014	19006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	5408		Rua 5 de Outubro de 1910	23	152247327	Vitor Manuel de Jesus Conde	Calçada de S. José Nº68 B Nº1		2200-316	Abrantes
2014	19006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	5408		Rua 5 de Outubro de 1910	23	109303008	Henrique da Rosa Lopes	Rua António Barata Nº2 1º Esq		2040-334	Rio Maior
2014	19006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	5408		Rua 5 de Outubro de 1910	23	152247327	Vitor Manuel de Jesus Conde	Calçada de S. José Nº68 B Nº1		2200-316	Abrantes
2014	19007	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	141		Rua 5 de Outubro de 1910	17	141759623	Maria de Lurdes Pereira Dias Simão	Rua Rodrigues Carrilho Nº6 6º DTO		1400-321	Lisboa
2014	19010	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	132		Rua 5 de Outubro de 1910	5	133489230	Maria Luís Nazare dos Santos Ferreira	PC Prof. Santos Andrea, nº11 7º		1500-510	Lisboa
2014	20011	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	5669		Rua Actor Taborda	34	706821777	Eugénio de Jesus Graça- Cabeça de Casal da Herança de	Rua Inês de Castro Lote 25		2200-496	Abrantes
2014	20012	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	252		Rua Actor Taborda	28	500239878	Santa Casa da Misericórdia de Abrantes	Rua Dr. José Joaquim de Oliveira		2200-416	Abrantes
2014	20015	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	246		Rua Actor Taborda	14	703469169	António Bouça- Cab. de C. da Herança de	Rua Actor Taborda Nº 18 1º		2200-000	Abrantes
2014	20016	São Vicente	125									

fl. 9/13

2014	20017	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	243		Rua Actor Taborda	6	188822240	João António Vilela Catarino	Rua Nova Lisboa Nº2		2200-000	S. Miguel do Rio Torto
2014	21002	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	288		Largo de Santa Ana	98	111732832	José João Salvado Vaz	Estrada Nacional 343 nº 30	Carvalhal	6230-801	Valverde FND
2014	21002	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	288		Largo de Santa Ana	98	123308798	João Vaz Salvado	Rua dos Girassóis 3 1ª Dto		2870-314	Montijo
2014	21002	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	288		Largo de Santa Ana	98	133826767	Mário Vaz Salvado	Estrada Nacional 238 Lote 13 2ª Esq.		6230-045	Aldeia de Joanes
2014	21002	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	288		Largo de Santa Ana	98	173896472	Maria Isabel Lopes Vaz Justica	Largo dos Olivais nº 9		6230-804	Valverde FND
2014	21002	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	288		Largo de Santa Ana	98	174599471	Maria Deolinda Vaz Salvado	Estrada Municipal 3	Carvalhal	6230-801	Valverde FND
2014	21002	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	288		Largo de Santa Ana	98	177469943	Domingos José Lopes Vaz	Rua Bispo Dom João Oliveira Matos, nº 10		6230-804	Valverde FND
2014	21005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	285		Rua Actor Taborda	94	118289330	Maria Paula A. B. B. Carreiras Vilaverde	Herdade do Blanco, caixa postal 516		2205-162	Abrantes
2014	21005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	285		Rua Actor Taborda	94	168768127	Maria Cristina Albuquerque Bobela Bastos Carreiras	Travessa do Almada, Nº 11		2200-441	Abrantes
2014	23010	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	351		Rua Marquês de Pombal	2	127944206	João Manuel Bairro de Oliveira da Silva Oleiro	Rua Cidade João Belo Nº4 5ªESQ		1800-087	Lisboa
2014	23015	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	273		Rua Actor Taborda	1	707940788	Maria Amélia Almada Albuquerque B.M. Carreiras - Cabeça de Casal	Rua D. João IV 43		2200	Abrantes

2014	23019	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	2756		Rua Actor Taborda	23	112681050	Maria do Rosário Grosso Prates	Rua Actor Taborda Nº25		2200-372	Abrantes
2014	25008	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	555	32	Rua Dom Miguel de Almeida	32	500239878	Santa Casa da Misericórdia de Abrantes	Rua Dr. José Joaquim de Oliveira		2200-416	Abrantes
2014	25014	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	6733		Rua Dom Miguel de Almeida	4	700480498	José da Rosa Felício - Cab.de Casal da Herança de	Av. D.Nuno Álvares Pereira Nº47 RC Dto		2800-180	Almada
2014	25017	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	477		Rua José Estêvão	9	127166238	Marta Maria Serras Pereira Dias Mendes	Rua de São Remo Lote 4 - 1	Monte Estoril	2765-447	Estoril
2014	25017	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	477		Rua José Estêvão	9	709183801	Margarida Maria Serras Pereira Dias Fidalgo - Cabeça de Casal da Herança de	Rua Afonso Lopes Vieira nº 56 r/c Dto.		1700-016	Lisboa
2014	26008	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	393	2 e 7	Rua do Pisco	7	132666146	Maria Prepétua de Sá Gonçalves Valente	Pct de Goa Nº4 2º Esq		2700-425	Amadora
2014	26009	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	1783	5	Rua do Pisco	5	110492960	Fernando António Dias Correia	Rua BoBela Mota LT65 3º DTO- QTA dos Telheiros		2200-000	Abrantes
2014	34005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	268		Rua Doutor Henrique de Miranda Martins de Carvalho	12	122374797	Carlos Manuel Ferreira Gonçalves	Av.Heróis do Ultramar Nº125 5ºC		3100-462	Pombal
2014	34005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	268		Rua Doutor Henrique de Miranda Martins de Carvalho	12	503051250	Imobens Consultoria e Gestão de Empreendimentos, Lda.	Rua Prof. Queiroz Veloso 14		1600-658	Lisboa
2014	34005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	268		Rua Doutor Henrique de Miranda Martins de Carvalho	12	503798240	Gefiplas Administração de Prédios Rústicos e Urbanos, Lda.	Rua Alisse Cadamosto 4 4 Dto.		1400	Lisboa
2014	34005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	268		Rua Doutor Henrique de Miranda Martins de Carvalho	12	124476180	Joaquim França Marques da Rosa	Rua de Ansião Nº40 2ºESQ		3100-474	Pombal

2014	35005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	883	1B 12 14 16	Jardim da República	1B	156469634	José de Matos Fernandes	Dr. José Joaquim de Oliveira, Nº12 1º		2200-416	Abrantes
2014	35006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	304	5, 7	Jardim da República	5	170265501	José Joaquim César da Cruz Diniz	Rua Capitão Correia Lacerda	N 14, 1 Esq	2200-380	Abrantes
2014	38010	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	313		Praça Barão da Batalha	10	707714265	Fernando Antunes Farinha Pereira - Cabeça de Casal da Herança de	Largo São João Baptista 5	Apartado 108	1600-760	Lisboa
2014	38011	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	562	8,9 e 22	Jardim da República	22	707714265	Fernando Antunes Farinha Pereira - Cabeça de Casal da Herança de	Largo São João Baptista 5	Apartado 108	1600-760	Lisboa
2014	42012	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	340	34	Rua Nossa Senhora da Conceição	34	111629543	Horácio António Martins	Rua António Botto, nº 112 2º		2200-377	Abrantes
2014	42012	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	340	34	Rua Nossa Senhora da Conceição	34	101155930	Virgílio Joaquim Calado Gomes	Rua da Lagoa nº 4 - 1		2205-001	Rossio ao Sul do Tejo
2014	42016	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	2540	76 e 78	Rua Nossa Senhora da Conceição	76	508693551	Velho Traço, Lda.	Rua Cidade de Parthenay nº 265 Loja 9		2200-238	Abrantes
2014	45011	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	370		Rua do Montepio Abrantino		501119418	Assoc. S. Mutuos Montepio A. S. Mendes	Lg General Avelar Machado nº51		2200-000	Abrantes
2014	47017	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	394		Rua Monteiro de Lima	34	152477780	Carlos Alberto Milheiro de Andrade Fontes	Praça Rainha santa 6 - 7º Esq		1600-687	Lisboa
2014	48006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	6943		Avenida 25 de Abril	14	703167200	Cristina M. Moreno- Cab. C. da Herança de	Rua Fernão Lopes nº 17 5º ESQ		1000-132	Lisboa
2014	49005	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	615		Travessa do Chafariz	7	703167200	Cristina M. Moreno- Cab. C. da Herança de	Rua Fernão Lopes nº 17 5º ESQ		1000-132	Lisboa

2014	49006	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	612		Travessa do Chafariz	6	112499244	João dos Santos		Alameda de Sto António Nº16 R/C		2200-297	Abrantes
2014	50018	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	579		Rua Cidade das Caldas da Rainha	20	159810848	Albertina Rosa Marques da Conceição		Rua do Vale de Roubam		2200-205	Abrantes
2014	50019	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	582		Rua Cidade das Caldas da Rainha	24	100119271	Vitor Manuel Sequeira Priorinho		Largo do Consolado 2	Rossio ao Sul do Tejo	2205-014	Abrantes
2014	51017	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	327		Rua Marquês de Pombal	19	119305992	Maria Leonor L. O. P. Viegas		Lg. de D. Estefânia Nº12 6º		1000-126	Lisboa
2014	51017	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	327		Rua Marquês de Pombal	19	703145070	José Lopes V. Prates - Cab. de C. Herança de		Av. Defensores de Chaves BL2 3º ESQ		2200-301	Abrantes
2014	51018	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	330		Rua Marquês de Pombal	13	708336779	Casimiro da Silva Cavalheiro - Cabeça de Casal da Herança de		Rua Diogo Bernardes 14 2º D		1700-129	Lisboa
2014	53009	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	1753				217468292	Nicola Rafael Mereu		CC de Arroios Nº66 2º		1000-028	Lisboa
2014	53035	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	312	37	Avenida Defensores de Chaves	37	701280344	Armenia da Costa Lobo - Cab. de C. da Herança de		Rua da Penha de França Nº111 R/C ESQ		1170-302	Lisboa
2014	53036	Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	1945		Avenida Defensores de Chaves	39	146750101	Manuel José da Conceição Grácio		Av. Defensores de Chaves Nº37		2200-000	Abrantes
2014	53037	Vicente e São João) e Alferrarede	3162	43	Avenida Defensores de Chaves	43	109826736	Deolinda Marques Pereira		Av Defensores de Chaves nº 34 R/C		2200-301	Abrantes

Pl. 13/13



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

10. - Alteração ao PDM

Considerando o disposto na alínea r), nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do artigo 79º e nº 1 do artigo 96º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, (Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, na atual redação) a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** as **alterações ao PDM**, conforme documentos constantes do processo de documentação referente a esta sessão, de 27 de setembro de 2014.

Votação:

APROVADO POR MAIORIA COM:

1 - ABSTENÇÃO DO B. E

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição

Bruno Jorge Vicente Tomás

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

11. - Aprovação final da proposta de revisão do Plano de Urbanização de Tramagal

Considerando o disposto na alínea r), nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do artigo 79º e nº 1 do artigo 96º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, (Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, na atual redação), a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** a **proposta de revisão do Plano de Urbanização de Tramagal**, conforme documentos constantes do processo de documentação referente a esta sessão, de 27 de setembro de 2014.

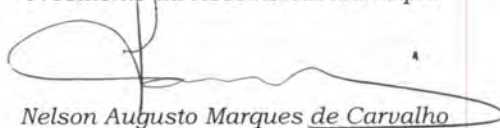
Votação:

APROVADO POR MAIORIA COM:

1 - ABSTENÇÃO DO B.E

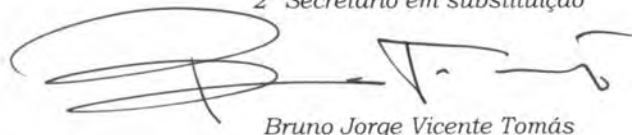
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

12. - Apoio à Junta de Freguesia de Mouriscas

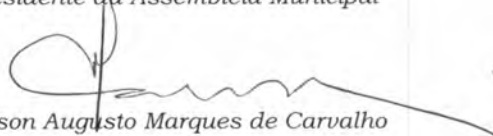
Considerando o disposto na alínea j), nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** a **concessão de Apoio à Junta de Freguesia de Mouriscas (no âmbito da XII Edição da Feira de Artesanato de Mouriscas)**.

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE

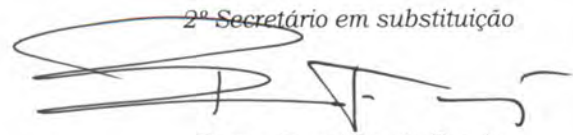
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

13. - Aprovação do acordo constitutivo da Associação de Municípios do Vale do Tejo

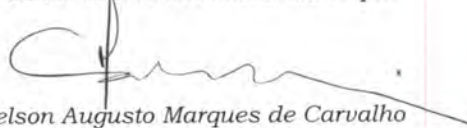
Considerando o disposto na alínea u), nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** o “*acordo constitutivo que define os estatutos da associação de autarquias locais de fins específicos designada por Associação de Municípios do Vale do Tejo, abreviadamente designada por AMVT, a efetivar-se pelo contrato previsto no artigo 108º, nº 2 da Lei nº 75/2013, de 12/9º, possibilitando-se acertos de redação no acordo e projeto de estatutos apresentado na reunião da Câmara Municipal de agosto de 2014, no âmbito da negociação com os restantes municípios, desde que não desvirtuem o previsto posicionamento relativo do Município em termos de expressão de vontade e de património.*”

Votação:

APROVADO POR MAIORIA COM
1 VOTO CONTRA DO B.E.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

14. - Requalificação do Mercado de Tramagal – apoio à Freguesia

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** o **apoio à Freguesia de Tramagal pela comparticipação da despesa incluída na proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do protocolo assinado, para a requalificação do Mercado de Tramagal.**

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE

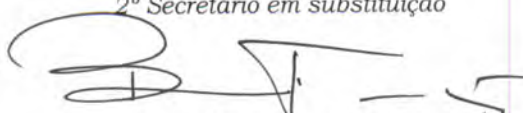
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

16.a) - Autorização da assunção de compromisso plurianual no âmbito do Protocolo - Fornecimento de refeições escolares às escolas e jardins-de-infância de S. Miguel do Rio Torto e jardim-de-infância de Arreciadas para o ano letivo 2014/2015

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção do compromisso plurianual relativos aos encargos no âmbito do Protocolo - Fornecimento de refeições escolares às escolas e jardins-de-infância de S. Miguel do Rio Torto e jardim-de-infância de Arreciadas para o ano letivo 2014/2015.**

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição

Bruno Jorge Vicente Tomás

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

- 16.b) – Autorização dos apoios a transferir para a União das Freguesias de Alvega e Concavada no âmbito do Acordo de colaboração para o desenvolvimento das atividades de animação e de apoio à família no pré-escolar nos jardins-de-infância de Alvega e Concavada e aprovação de compromisso plurianual**

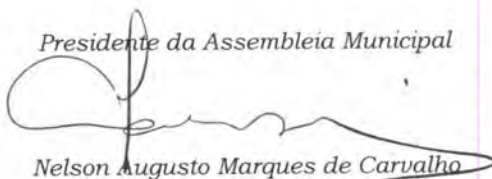
Considerando o disposto na alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza os apoios a transferir para a União das Freguesias de Alvega e Concavada no âmbito do Acordo de colaboração para o desenvolvimento das atividades de animação e de apoio à família no pré-escolar nos jardins-de-infância de Alvega e Concavada, e aprova o compromisso plurianual de assunção de encargos no âmbito do referido acordo de colaboração.**

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE

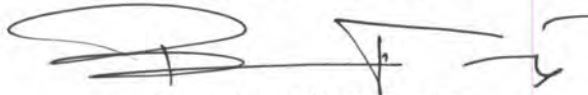
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

16.c) – Autorização da assunção de compromisso plurianual no âmbito de Contratos interadministrativos – Transportes escolares

Considerando o disposto na alínea k) do nº1 do artigo 25º, no artigo 120º da Lei nº 75/2013 de 12/9, sob proposta da Câmara Municipal e com os fundamentos da mesma proposta, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a delegação de competências da Câmara Municipal nas juntas de freguesia que dispõem de carrinhas para transportes escolares, designadamente Abrantes, Alvega e Concavada, Bemposta, Carvalhal, Rio de Moinhos e Tramagal, através da celebração de contratos interadministrativos, e bem assim, ao abrigo** da alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, a **assunção de compromisso plurianual de encargos no âmbito dos referidos Contratos interadministrativos – Transportes escolares.**

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição

Bruno Jorge Vicente Tomás

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

17. - Autorização da assunção de compromisso plurianual no âmbito do Acordo de colaboração para Atividades de animação e de apoio à família no pré-escolar para o ano letivo 2014/2015

Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção de compromisso plurianual no âmbito do acordo de colaboração para Atividades de animação e de apoio à família no pré-escolar para o ano letivo 2014/2015.**

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

18. - Autorização da assunção de compromisso plurianual no âmbito do Procedimento pré-contratual para “Aquisição de Serviços de Limpeza dos Edifícios Municipais

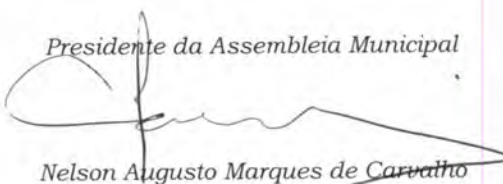
Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8/6, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção de compromisso plurianual no âmbito do Procedimento pré-contratual para “Aquisição de Serviços de Limpeza dos Edifícios Municipais.**

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE

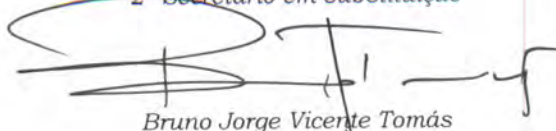
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

19. - Autorização da assunção de compromisso plurianual no âmbito do Procedimento pré-contratual para o “Fornecimento de gás natural e de gás propano a granel”

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8/6, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção de compromisso plurianual no âmbito do Procedimento pré-contratual para o “Fornecimento de gás natural e de gás propano a granel”**.

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

20. - Autorização da Aquisição do prédio rústico sito em Ramalhais, Alferrarede e da assunção de compromisso plurianual

Considerando o disposto na alínea i), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a aquisição do prédio rústico sito em Ramalhais, Alferrarede pelos valores e condições da proposta e fundamentação subjacente, bem como a assunção de compromisso plurianual dos encargos da aquisição.**

Votação:

APROVADO POR MAIORIA COM:

VOTOS CONTRA: 1 - B.E
2 - E.D.U

ABSTENÇÃO : 7 - P.S.D

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

21. - Desafetação de 34 m² de domínio público municipal para alteração ao loteamento com o alvará nº14/98, sito na Avenida D. João I, em Abrantes

Considerando o disposto na alínea q), do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **aprova a Desafetação de 34 m² de domínio público municipal para alteração ao loteamento com o alvará nº14/98, sito na Avenida D. João I, em Abrantes.**

Votação:

Aprovado por maioria com 1 abstenção
Do B.E.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição



Bruno Jorge Vicente Tomás



abrantescmunicípio
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

22. - Condicionamento de horário no acesso a caminhos rurais na freguesia de Tramagal

Considerando o disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **aprova** o **Condicionamento de horário no acesso a caminhos rurais na freguesia de Tramagal, conforme documento anexo.**

Votação:

APROVADO POR MAIORIA COM 1 voto CONTRA
DO B. E

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

2.º Secretário em substituição

Bruno Jorge Vicente Tomás



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 27 de setembro de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

23. - Aquisição de unidades de participação de Tagusvalley

Considerando o disposto na alínea n) do nº 1 artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos artigos 53º e 56º nº 3 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** os **fundamentos da aquisição de unidades de participação de Tagusvalley, no montante de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) (setenta unidades de participação), decorrentes dos estudos e esclarecimentos efetuados e reconhecer o interesse público na aquisição das unidades de participação, reiterando-se a aprovação desta aquisição.**

Votação:

APROVADO POR MAIORIA COM:

VOTOS CONTRA: 1 - B.F.
1 - P.S.D (Deputado José Viteira)

ABSTENÇÃO - 6 - P.S.D

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

2º Secretário em substituição

Bruno Jorge Vicente Tomás